



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO FACULDADE DE
LETRAS**

**UMA ANÁLISE SOBRE A AUSÊNCIA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS
DIDÁTICOS.**

MARCIO VIANNA DA SILVA

Rio de Janeiro
2021

MARCIO VIANNA DA SILVA

UMA ANÁLISE SOBRE A AUSÊNCIA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS
DIDÁTICOS.

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel/Licenciado em Letras na habilitação Português/Literaturas.

Orientadora: Professora Doutora Ana Crelia Penha Dias

RIO DE JANEIRO

2021

FOLHA DE AVALIAÇÃO

MARCIO VIANNADA SILVA

DRE: 110183275

UMA ANÁLISE SOBRE A AUSÊNCIA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS
DIDÁTICOS

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel/Licenciado em Letras na
habilitação Português/Literaturas.

Data de avaliação: 03 / 12 / 2021

Sendo Examinadora: _____ NOTA: _____

Ana Celia Penha Dias (Orientadora), NOTA: 9,5
Professora Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Alessandra Encarnação (Leitora crítica), NOTA: 9,5
Professora e Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Diretora escolar do Município de Magé e professora na Fundação de Estudos do Mar -
FEMAR

MÉDIA: _____

Assinaturas dos avaliadores:

Ana Celia Penha Dias
Alessandra Encarnação

SILVA, Marcio Vianna da.

Uma Análise Sobre a Ausência da Cultura Afro-Brasileira nos Livros Didáticos..

Marcio Vianna da Silva. - 2021

51:. f

Orientador: Professora Doutora Ana Crelia Penha Dias.

Monografia (graduação em Letras habilitação Português – Literaturas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras. Bibliografia: f. 46-47.

1. Educação - Literatura. 2.Cultura – Afro-brasileira I SILVA/ Marcio Vianna II - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, (2021) III. Título.

CDD:

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. POLÍTICAS PÚBLICAS.	7
1.1 A IMPORTÂNCIA DE SE DISCUTIR O ENSINO DA CULTURA AFRO BRASILEIRA.	7
1.2 O PAPEL DA ESCOLA ENQUANTO INSTITUIÇÃO	9
1.3 O RACISMO E A DESIGUALDADE RACIAL: A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL (1988-2008)	10
1.4 A LEI DE DIRETRIZES E BASES	10
1.5 SOCIEDADE E RACISMO	13
2. A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO	17
2.1 O NEGRO E O NEGACIONISMO ESTRUTURALIZADO.	17
2.2 O NEGRO E SUA PERSONIFICAÇÃO NA LITERATURA NACIONAL.	22
2.3 A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NOS LIVROS DIÁTICOS	26
2.4 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO E NA LITERATURA.	29
3. ANÁLISES DOS LIVROS DIDÁTICOS	31
3.1 - 1º Edição - 1º ano do ensino médio.	32
3.2 - 2ª Edição - 2º ano do ensino médio.	36
3.3 - 3ª Edição – 3º ano do ensino médio.	42
4. CONCLUSÃO	50
5. REFERÊNCIAS	51

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram fundamentais na construção deste trabalho. Pessoas por quem tenho grande respeito e admiração, que seguravam minhas mãos nos momentos mais difíceis e, por este motivo, agradeço a Deus por ter colocado cada uma em minha vida.

Agradeço a Zulmira Ferreira de Sant'anna da Silva, minha esposa, que não permitiu que eu desistisse nos momentos mais difíceis. Agradeço aos meus filhos, Arthur e Ícaro, por suas observações, incentivos e paciência nos momentos em que estive ausente. A minha mãe Izabete e a meu irmão Marcelo.

Agradeço também às minhas colegas de trabalho, Simone Mariano, com suas palavras, e em especial à Érica Nunes, que me apoiou abrindo possibilidades para estudar nos horários de trabalho, assim como cobrindo minhas fugas para cumprir o estágio obrigatório.

Agradeço também à professora Alessandra Encarnação, por quem tenho grande estima e respeito, personagem fundamental na conclusão desta etapa da minha vida ao indicar os caminhos a serem trilhados. Agradeço também à Professora Doutora Ana Crelia por aceitar fazer parte deste projeto quando tudo parecia não ter solução.

Não posso, também, deixar de agradecer a algumas pessoas que tiveram um significado importante na minha caminhada até aqui: meu pai, Wilton Vianna da Silva, minha saudosa avó, Lúcia Correia de Souza, que me incentivou a manter acesa minha ancestralidade, ao meu tio Ilson José de Souza e ao meu primo Iguaracy. Pessoas que já não fazem parte deste mundo, mas que em algum momento foram importantes na construção do meu caráter e consciência como homem e cidadão cômico das minhas raízes negras.

Por fim, agradeço a todos os familiares e amigos que contribuíram de alguma forma com palavras, ações ou gestos de apoio até aqui.

UMA ANÁLISE SOBRE A AUSÊNCIA DA CULTURA AFRO BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como proposta uma reflexão sobre a questão do negro nos livros didáticos em consonância com a lei 11.645 de 2008, que versa sobre a inclusão da cultura afro-brasileira e indígena nos livros didáticos de Ensinos Fundamental e Médio. Tem-se como pretensão a realização de uma ação crítica em três eixos que abordam **as políticas públicas que tratam da inclusão do negro, a representação do negro nos livros didáticos e a proporcionalidade do negro no cenário educacional**. Os resultados desta análise, assim como as observações feitas, comprovam que o negro ocupa pouco espaço na narrativa educacional como membro constituinte da formação cultural brasileira no campo da literatura.

A leitura das construções discursivas presentes nas obras analisadas permite um diálogo sobre um tema delicado que abarca todo um contexto histórico. Nas descrições históricas e literárias, observou-se a desintegração social, moral, econômica, política e cultural do negro na sociedade brasileira, a qual será apresentada nas linhas deste artigo.

A análise dos livros didáticos, assim como a de outras literaturas, tem como objetivo final apresentar a importância que personagens, textos e obras literárias em que negros figuram como representantes de sua própria história podem representar na desconstrução de barreiras erguidas ao longo dos anos: um passo no longo caminho acerca do reconhecimento histórico da população negra e suas expressões culturais, ajudando a coadunar a importância dos estudos acerca da cultura afro-brasileira nos livros, na proposta de reduzir os distanciamentos culturais e sociais.

No entanto, não podemos acreditar que a inclusão da cultura afro-brasileira nos livros didáticos será suficiente para extinção das diferenças e para o reconhecimento da importância do negro. A inclusão da cultura afro-brasileira nos livros didáticos é apenas uma ponta de iceberg que somada a políticas inclusivas, acessos iguais à educação, à saúde, e ao trabalho, permitirá melhores oportunidades à população negra.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS.

1.1 A IMPORTÂNCIA DE SE DISCUTIR O ENSINO DA CULTURA AFRO BRASILEIRA.

A história da desigualdade racial no Brasil confunde-se com a da própria formação da identidade nacional, tendo em vista que negros africanos escravizados foram trazidos ao território brasileiro já na primeira metade do século XVI como mão de obra cativa na produção açucareira que se iniciava. Desse período até a assinatura da Lei Áurea, em 1888, foram mais de três séculos de escravidão formal no país. (FERREIRA e SUGANUMA, 2018, p. 8)

Manter acesas a discussão sobre discriminação racial no Brasil significa, segundo Abdias do Nascimento (2016), não se deixar apagar a “mancha negra” da nossa história. Muitas foram as tentativas diretas ou indiretas de apagamento da cultura afro-brasileira e não foi diferente nos livros didáticos. Uma discussão que está diretamente ligada à questão racial e interétnicos e é diante deste contexto que se fez necessária a promulgação de leis que punissem tal prática.

A ação de políticas públicas contribuiu para uma luta que se faz há tempos. O principal movimento de ruptura, funcionando como um grito negro de liberdade diante das injustiças sofridas, foi a criação da Frente Negra Brasileira, uma instituição que vislumbrou a união do negro e sua integração na vida social.

A constituição de 1988 marca de forma significativa a população negra, pois reforça a responsabilidade debitada ao Estado de promover ações que impeçam a prática de racismo e promovam atos de igualdade racial. Diante disso, criou-se condição necessária para a aprovação da Lei nº 12.288/2010 - nasce daí o Estatuto da Igualdade Racial, verdadeiro ato do Estado Brasileiro em favor da questão da igualdade racial. No entanto, esta não foi a primeira ação do estado em favor da questão racial no Brasil após a abolição.

O ano de 1951 também é marcado na história pela luta antirracismo, com a lei nº 1.390/1951, influenciando na constituição de 1988. Vejamos:

No campo legal, o lento processo de luta antirracista começou com a Lei nº 1.390/1951, que tornou contravenção penal a “prática de atos resultantes de

preconceitos de raça ou de cor”, e culminou na determinação pela Constituição de 1988 de que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (art. 5º, XLII). A par disso, o debate público acerca da questão racial foi incorporando a noção de que o papel do Estado não se limita ao combate da discriminação e do racismo. Cabe-lhe também adotar ações positivas que busquem promover a igualdade racial efetiva. A influência dessa noção já aparece na Constituição Federal de 1988, ainda que timidamente, como no art. 215, § 1º, que faz referência explícita à proteção de manifestações culturais “indígenas e afro-brasileiras”, e no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que reconhece aos remanescentes das comunidades dos quilombos a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando e torna dever do Estado emitir-lhes os títulos respectivos.¹ (RABAT, 2015, p. 9-10)

Sendo assim, é legitimado o papel do Estado diante da questão racial no Brasil, grande responsável por proteger e resgatar a dignidade do povo negro.

1.2 O PAPEL DA ESCOLA ENQUANTO INSTITUIÇÃO

Segundo Nilma Lino Gomes² (2002), a escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços de difusão do preconceito contra o negro. E é a partir desta perspectiva que se construiu ao longo do tempo o processo de distanciamento social e cultural, fomentado pela ausência de políticas que integrassem o negro. No entanto, o que se observou foram ações contrárias que colocavam o negro em desvantagens frente à população branca.

No caso específico da educação escolar, ao tentarmos compreender, debater e problematizar a cultura negra, não podemos desconsiderar a existência do racismo e da desigualdade entre negros e brancos em nossa sociedade. Por quê? Porque ao fazermos tal ponderação inevitavelmente nos afastaremos das práticas educativas que, ao tentarem destacar essa cultura no interior da escola ou no discurso pedagógico, ainda a colocam no lugar do exótico e do folclore. (GOMES, 2002, p. 38-47)

¹ RABAT, Márcio Nuno. A relevância histórica da legislação de promoção da igualdade racial. In: ESTATUTO da igualdade racial: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Ed. Câmara, 2015. p. 9-10. Disponível em: Acesso em: 28 jun. 2017.

² Nilma Lino Gomes - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação

Desta forma, podemos entender que a questão do racismo e da cultura afro-brasileira, no campo da educação, ganha conotação política. A cultura afro-brasileira se faz presente na formação do Brasil como país, todavia, sua prática ainda sofre perseguição de segmentos da sociedade e, por isso, tratar dessa questão é problematizar sobre outros segmentos dessa sociedade, como a educação, um terreno complexo e irregular, cuja prática ao longo do tempo foi a fragmentação e o apagamento da identidade étnico/racial, alimentando a desigualdade cultural e social. Uma política de exclusão para legitimar a hegemonia de domínio sobre um grupo marginalizado.

1.3 O RACISMO E A DESIGUALDADE RACIAL: A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL (1988-2008)

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é forçado pelos meios de comunicação pela indústria cultural e pelo sistema educacional.

(Almeida, 2021)

A década de 1980 constitui-se como um marco na consolidação de políticas públicas efetivas voltadas para questões raciais. No entanto, é em 1946 que surge o primeiro projeto de Lei que torna crime a discriminação racial, uma Lei de autoria do Senador Hamilton Nogueira que, contudo, não foi aceito como Lei de discriminação racial, mas apenas como crime de contravenção penal, diante das alegações de que não seria capaz de se comprovarem as denúncias de racismo. A Lei Afonso Arinos, de 1951, é uma lei que atua no enfrentamento discriminatório racial no Brasil.

Segundo D'Adesky (2001), o movimento negro surge como organismo de reconstrução da imagem do negro desde os livros escolares a outros meios de comunicação, engrandecendo a história afro-brasileira como forma de construir uma identidade histórica e cultural. No ano de 1986 acontece, no estado do Maranhão, o I Encontro de Comunidades Negras Rurais, cujo tema escolhido para estampar o encontro foi *O negro e a constituinte*. No mesmo ano acontece em Brasília a Convenção Nacional pela Constituinte. No ano de 1988, após evento ocorrido no estado de Minas Gerais com o título de Comissão do Centenário da Abolição da Escravatura, nasce a Fundação Palmares, órgão cujo principal objetivo é promover a cultura afro-brasileira. Os eventos tinham conotação política que buscam a legitimação de leis que

tratem da questão racial. A constituição Federal de 1988 destacou temas importantes para o movimento negro brasileiro e, depois, para muitas outras discussões.

1.4 A LEI DE DIRETRIZES E BASES

Os primeiros passos para a criação de uma legislação que se aplicasse à educação brasileira ocorreram no ano de 1946, durante uma Assembleia Nacional Constituinte. O processo de confecção da primeira LDB, foi conturbada, pois se deu em meio a problemas políticos marcada pelo Estado Novo. No entanto, a principal corrente do pensamento educacional da época foi encarregada de redigir o texto a ser apresentado na Câmara dos Deputados em 1948. A elaboração desta primeira proposta de Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trouxe para o debate associações profissionais, entidades culturais, sindicatos, entidades estudantis, organizações religiosas e a imprensa, importantes personagens interessados na constituição de tal Lei. Antes de sua instituição, questões como o uso dos recursos trouxeram verdadeiros embates, entre os membros, refletindo em toda sociedade civil. Teve início um debate que tinha como pano de fundo os interesses que priorizavam as instituições públicas e, de outros lados, os que defendem uma liberdade de ensino que visava à rede privada.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi debatida e elaborada no contexto de redemocratização do país logo após a queda do Estado Novo (1937-1945). Foi promulgada somente em 1961, com o nº 4.024, e duas vezes reformulada: pela Lei nº 5.692/1971 e pela Lei nº 9.394/1996.³ (LDB da educação nacional 1996)

Uma observação acerca da constituição desta LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 4.024, sancionada pelo presidente da República, João Goulart, a 20 de dezembro de 1961, é a ausência de textos que falem do ensino para negros e seus descendentes, assim como o ensino de sua cultura. Uma questão pungente no cenário educacional brasileiro, pois mantêm-se vivas as práticas de cercear o acesso à educação para

³ **LEI DE DIRETRIZES E BASES** da educação nacional 1996 - <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-ldben>

negros e seus descendentes, uma ausência que só vai ser corrigida durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com a lei nº 11.645, de março de 2008.

Antes da promulgação da LDB nº 11.645, de março de 2008, cujo texto corrige o descaso com o negro e sua história, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que apresentou, segundo Arnaldo Niskier, inovações, como a proposta de democratização da escola que visa à descentralização, a partir da valorização da autonomia, livre escolha, motivação, autodisciplina e interesse.

Em face à questão educacional no Brasil, na qual o negro fora excluído, a lei nº 11.645, de março de 2008, busca corrigir um erro histórico acerca da cultura afro-brasileira, perseguida e discriminada. A inclusão do ensino nos livros didáticos da cultura afro-brasileira e indígena deveria contribuir para a desmistificação construída ao longo da história. A cultura afro-brasileira sofre ao longo da história ações discriminatórias motivadas pelo desconhecimento e pela manutenção de uma hegemonia cultural e religiosa herdada do colonizador europeu.

A constituição de 1988 estabelece como crime a prática do racismo, um passo importante na árdua e difícil luta pela afirmação do negro como cidadão e uma tentativa na barragem da discriminação racial, social e cultural, praticadas contra a cultura afro-brasileira e contra o seu interlocutor, uma prática produzida a partir de uma ideologia engenhosa e permeada de vaidades. Pode-se afirmar que a intolerância racial e cultural sofrida pelo negro é uma prática enraizada, cuja finalidade é manter o domínio e os privilégios do homem branco sobre o negro, uma prática que se reflete no discurso ilusório da democracia racial.

Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem ficado unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários de mito da 'democracia racial'. Uma "democracia" cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis políticos-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de "democracia racial?"⁴ (NASCIMENTO, 2016, p.54)

Contudo, a busca pela valorização da cultura afro brasileira foi se desenhando a partir da pressão exercida por movimentos negros, homens e mulheres que passaram a exigir políticas

⁴ O Genocídio do Negro Brasileiro

afirmativas e ações mais firmes que promovessem a inclusão da cultura negra. Foi a partir dessas políticas afirmativas que nasceu a lei 11.458 de 2008, uma lei que obriga a inclusão da cultura afro-brasileira e indígena nos livros didáticos.

No ano de 1979 é realizado na cidade de Uberaba um encontro que reuniu homens e mulheres pertencentes à comunidade negra brasileira. O encontro promoveu debates que buscavam o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira, e assim, elevar a autoestima da comunidade negra. O resultado desse encontro foi a assinatura de um documento, que ficou conhecido como a Carta de Uberaba, além da criação de um Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB). A boa repercussão e os bons resultados do encontro ecoaram pelo Brasil, fazendo com que fosse pensada a criação de uma entidade no Distrito Federal, cuja finalidade era promover e representar a cultura afro-brasileira. O documento ganhou notoriedade quando o então senador Itamar Franco teve a iniciativa de inscrever a Carta de Uberaba nos anais do Senado Federal e, como efeito dessa carta, foi criado, em 1985, o Ministério da Cultura, órgão responsável por tratar dos interesses culturais brasileiros.

Em Uberaba-MG, realizou-se o Congresso Afro-Brasileiro, entre 07 e 09 de setembro de 1979, com a participação de “negros brasileiros e entidades representadas em Congresso Nacional”; como resultado, tivemos a edição de “uma carta de posicionamento político”, em que aparecem sugestões para as políticas de saúde, habitacional, cultural, alimentícia, tanto quanto reivindicações que iam de uma maior participação nos vários níveis da política municipal, estadual e federal, “ingresso e filiação nos partidos políticos que mais afinem com as necessidades ideológicas (do negro)” e a “integração no processo social dos trabalhadores rurais, dos camponeses”. A carta apontava como última solução as eleições livres e diretas já que sua supressão no país era vista como “uma forma de racismo e escravagismo”. (SANTOS, 2005. p. 96).

A carta de Uberaba deu novas cores para o cenário étnico-racial no Brasil. A crescente onda de denúncias de racismo contra a comunidade negra, bem como a desvalorização de sua cultura, resultou na criação da Fundação Palmares, uma entidade ligada à estrutura do poder público, que se encarregava de cuidar dos interesses culturais da comunidade afro-brasileira.

Poder-se-ia dizer que essa Fundação Cultural Palmares foi gestada nos idos de 1979 quando em Uberaba/MG, um grupo de negras e negros reuniu-se para promover debates e formas de valorização da cultura afro-brasileira e, conseqüentemente, elevar a autoestima da comunidade negra. (MOURA, 2008, p. 8).

Mesmo diante dos avanços conquistados, com a criação de órgãos e leis que promovem a cultura afro-brasileira, esta ainda é vista com desconfiança e preconceito, classificada como folclórica diante dos conceitos estéticos originários da Europa. O tratamento dispensado à cultura afro-brasileira pela sociedade branca mantém acesas as ideias preconceituosas que visam ao embranquecimento da cultura brasileira, assim como a manutenção do poder sobre outras classes consideradas inferiores, deixando de lado qualquer outra expressão cultural. Dessa forma, manter viva as discussões acerca da valorização da cultura afro brasileira é não deixar se apagarem as lágrimas de dor, as gotas de suor e sangue e principalmente as vidas perdidas em favor de um sonho branco em detrimento de um pesadelo negro.

1.5 SOCIEDADE E RACISMO

[...] a tarefa de uma sociedade democrática, mais do que combater o racismo, é eliminar o peso da raça sobre a liberdade dos indivíduos, desmascarar os privilégios raciais e instituir o "o império da lei". (Almeida, 2021)

Diante do pensamento exposto por Silvio Almeida, podemos concluir que não há mais espaço para o silenciamento frente às questões étnico-raciais em nossa sociedade, bem como no espaço escolar. Assim, observamos o aumento nas discussões sobre o tema promovido pela sociedade civil, uma ação que coloca pressão nas organizações públicas de diferentes segmentos, sejam elas, municipais, governamentais ou Federal, sem deixar de fora desta discussão os organismos judiciais. A motivação para o aumento nas discussões vem dos movimentos negros contemporâneos organizados, que traz outros temas, como a mulher negra, o sexíssimo, a presença de negros nas universidades, o descontrole nas ações policiais contra negros na sociedade, enfim, questões tão latentes, que em algum momento se conectam à educação.

Desta forma, a ausência de temas que retratam o negro e sua herança cultural em debates nas salas de aula, assim como nos livros didáticos, corroboram para a manutenção de problemas que se arrastam por séculos. E a ausência desses temas faz com que crianças, adolescentes e mesmo adultos assimilem de forma errônea a normalização de questões étnico-raciais e, conseqüentemente, a reprodução desta prática em suas vidas, seja como agente ou vítima. E é diante desta perspectiva que se faz necessário reiterar a importância da lei nº 11.645, de março de 2008.

Recentemente, o então ministro da educação Milton Ribeiro, em discurso direcionado à nação brasileira, expôs um pensamento retrógrado e ultrapassado, caminhando na contramão do artigo 6.º da Constituição Federal de 1988, que defende a educação como um direito fundamental de natureza social, que é reforçado pelo artigo 205, e que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A proposta cogitada pelo ministro Milton Ribeiro, reacende uma mentalidade elitista que defende a educação para poucos, concentrando-a nas classes abastadas. E é neste contexto que se promove o aumento de políticas públicas, por se tratar de um caminho para a diminuição das diferenças sociais e, conseqüentemente, a inserção das classes mais baixas da sociedade.

A mentalidade construída em torno da deseducação do negro brasileiro percorre caminhos semelhantes aos percorridos pelos negros norte-americanos e descrito por Carter G. Woodson (2021). O historiador aponta para os currículos escolares como principal ferramenta no desprezo à história e à cultura africana, pois ainda, segundo o historiador, a educação e os mecanismos usados são baseados na cultura eurocêntrica. A deseducação do negro no Brasil é marcada pela negação de seu passado, assim como pela depreciação do seu caráter, questões que levam muitos negros a desprezarem sua cor, sua ancestralidade, alimentando o desejo do embranquecimento de sua pele. Somados a essa mentalidade temos, ainda, os estereótipos criados para denegrir a imagem do negro na sociedade brasileira como sendo o grande problema para o desenvolvimento da economia nacional. Classificado como um povo preguiçoso, rebelde. No entanto, foi a partir do tráfico negreiro e de sua inserção que se constroem as melhores perspectivas no Brasil.

A deseducação do negro é um tema que nos leva ao passado diante das discussões acerca da libertação dos escravos e as conseqüências geradas se perpetuam até os dias atuais. À luz desta questão, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e André Rebouças, apresentaram uma proposta que estabelecia condições básicas aos negros libertos, como moradia, educação e trabalho. Proposta que denota dignidade para um grupo que era explorado e que vivia o estigma da inferioridade. A proposta seguia na contramão dos interesses das classes dominantes, mas se implantada evitaria grandes transtornos e o caos causado à sociedade, seja no campo social, seja no econômico. No entanto, essa proposta foi ignorada e a libertação dos escravos se deu de forma abrupta e é percebida até os dias atuais.

Diante disso, e motivados pela forma como estava sendo conduzida a questão da abolição, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e André Rebouças fundaram o jornal chamado “O abolicionista” de cunho crítico, que na sua 1ª edição, em 1º de novembro de 1880, trouxe estampado em sua capa um artigo não assinado, mas de linhas agressivas e contundentes no tocante a abolição.

Motivo de “humilhação para cada brasileiro”, independente de cor ou classe social, (...) o trabalho escravo é a cauza única do atraso industrial e econômico do paiz. O nosso territorio está coberto de latifúndios, onde da casa senhorial sahem as ordens para o governo das centenas de animaes humanos que enriquecem o proprietário. Alli, nem religião, nem instrucção, nem moralidade, nem família! Accresce que parte da escravatura está nas mãos de estrangeiros, que não poderiam possuir escravos nos seus paizes, nem conforme a lei dos seus paizes. Por outro lado, a população está enjoada do espectáculo de uma riqueza criminosamente accumulada sobre a miseria geral pela exploração de um milhão e meio de homens. (...) é para lutar com a escravidão que este jornal apparece; é para denunciar-lhe os abusos e os tristes episódios; é para formar o archivo historico, em que no futuro as gerações, que nos succederem, possam ver a degradação do nosso tempo, e odiar para sempre o stigma impresso na frente da nação Brazileira pelo tráfico de escravos que ella tolera em pleno século XIX. (O abolicionista, 1880)

O trágico cenário criado com o final da abolição estabelece uma nova ordem para os negros agora libertos, mas sem qualquer perspectiva e que foi muito bem narrada na letra da música *Um sorriso negro*, eternizada na voz de Dona Ivone Lara.

Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade
Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade
Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio é luto
Negro é a solidão (diga lá, rainha)
Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino, é amor
Negro também é saudade

(Sorriso negro, Warner Music Brasil, 1981)

A letra reforça o sentimento negro diante das negações que, impostas, resultam em questões como a inferioridade, a negação de suas raízes, a depressão, o suicídio, enfim, questões que estão enraizadas e não são debatidas, mas que fazem parte da realidade vivida pela população negra brasileira ontem e hoje.

E é a partir dessa reflexão que a comunidade negra vem se organizando e demonstrando suas inquietações com as desigualdades e o racismo estrutural impetrados contra homens e mulheres de pele negra, assim como a seus descendentes na sociedade brasileira através de políticas públicas de inclusão.

2. A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO

2.1 O NEGRO E O NEGACIONISMO ESTRUTURALIZADO.

A pluralidade racial no Brasil é constituída inicialmente por três raças, indígena, branca e negra, seguindo uma ordem cronológica. Porém, mais tarde, outros povos aqui aportaram e contribuíram para dar novos traços e coloração, transformando o país em um local multirracial, como é mencionado no livro “O espetáculo das raças”, de Lilia Moritz Schwartz.

Em finais do século passado o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial. Um “festival de cores” (Aimard,1888) na opinião de certos viajantes europeus, uma “sociedade de raças cruzadas” (Romero, 1895) na visão de vários intelectuais nacionais; de fato, era como uma nação multiétnica que o país era recorrentemente representado. Não são poucos os exemplos que nos falam sobre esse “espetáculo brasileiro da miscigenação”. (SCHWARTZ, 1993, p.11)

No entanto, a introdução do negro acontece de forma brutal, ridicularizada, despida de qualquer direito, sem uma identidade nacional, marcada pela negação de sua importância no desenvolvimento do Brasil, um indivíduo marginalizado e prisioneiro do estigma da inferioridade. A negação da história do negro é cunhada de contradições e fomentada por uma ideologia branca, cuja marca é a ausência de bondade, de inocência, além de uma credulidade exacerbada, desencadeando punições sangrentas. O negro, desvalido de sua liberdade, foi ferramenta na construção de uma “Pátria amada e idolatrada”, regando com suor e sangue seus “lindos campos”. O poema Grito Negro, de José Craveirinha, representa com grande lucidez, a relação entre escravo e escravizador, apresentando, entre linhas, as condições desumanas a que era submetido o negro.

GRITO NEGRO

Eu sou carvão!
E tu arrancas-me brutalmente do chão
E fazes-me tua mina Patrão!
Eu sou carvão!
E tu acendes-me, patrão

Para te servir eternamente como força motriz, mas eternamente não Patrão
Eu sou carvão!
E tenho que arder, sim
E queimar tudo com a força da minha combustão."

Eu sou carvão!
Tenho que arder na exploração
Arder até às cinzas da maldição
Arder vivo como alcatrão, meu irmão Até não ser mais tua mina Patrão!

José Craveirinha

Assim, a política escravocrata teve grande significado para a sociedade brasileira, pois diante da dimensão geográfica do seu território, a ausência do escravo negro tornaria o Brasil impossível, um projeto que se mostrou eficaz para o desenvolvimento e o enriquecimento de uma sociedade branca às custas do sofrimento de outra, considerada inferior. A contribuição do homem negro deu-se na casa grande e na lida com a terra e sua conservação, motivado pelo conhecimento que trouxeram da África. Um conhecimento que ajudou a elevar o país ao nível de grande e respeitado exportador, ou seja, o negro foi uma engrenagem importante no agronegócio praticado na época.

Os escravos trabalhavam na agricultura, nos ofícios e nos serviços domésticos e urbanos. Os negros do campo cultivavam para a exportação — atividade que dava sentido à colonização — a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo, o café, além de se encarregarem da extração dos metais preciosos. Os negros de ofício especializaram-se na moagem da cana e no preparo do açúcar, em trabalhos de construção, carpintaria, olaria, sapataria, ferraria, etc. No século XIX, não foram poucos os escravos que trabalharam como operários em nossas primeiras fábricas. (Biblioteca Nacional, 1988. p. 9-10)

No entanto, o negro mostrou-se capaz de galgar alicerces mais elevados, ocupando posições de maior destaque, em segmentos como a literatura, na arte etc., mas, diante da política de dominação, “que tem suas raízes sociais na estrutura despótica e racista do aparelho de Estado escravista” (Moura, 2019, p.50), o negro tem sua importância não captada pelos registros históricos ou quando são poucos divulgados.

O negacionismo construído em torno do negro e sua cultura, pode ser explicado pela proposta filosófica apresentada por Jean Jacques Rousseau, em sua obra “A origem da desigualdade entre os homens”, que explica o distanciamento entre homens de cultura e cor diferentes. Para Rousseau, o homem é bom e livre, porém sua maldade e deterioração está presente na constituição da sociedade, principalmente na sua organização estrutural, que promove as diferenças costuradas pela escravidão, servidão e tirania, ações que resultam no

privilégio de um grupo considerado superior em detrimento a outro inferior. Esse é um processo de distanciamento que configura a desigualdade nos segmentos que compõem uma sociedade, e é neste sistema obscuro de desigualdade que se constituiu a sociedade brasileira, uma mentalidade que se mantém viva e escamoteada de diversas formas até os dias de hoje.

Segundo o sociólogo Azevedo Amaral, o Brasil ainda vive um problema étnico, o que representa um alerta sobre a relação de exploração envolvendo brancos e negros, o que resulta na degradação dos valores éticos.

[...] O problema étnico brasileiro - chave de todo destino da nacionalidade - resume-se na determinação de qual virá a ser o fator da triplíce miscigenação que aqui se opera e que caberá impor à ascendência do resultado definitivo do caldeamento. É claro que somente se tornará possível assegurar a vitória étnica dos elementos representativos das raças e da cultura da Europa se reforçarmos pelo fluxo contínuo de novos contingentes brancos. Os obstáculos opostos à imigração de origem europeia constituem, portanto, dificuldades deliberadamente criadas ao reforçamento dos valores étnicos superiores de cujo predomínio final no caldeamento dependem as futuras formas estruturais da civilização brasileira e as manifestações de seu determinismo econômico, político, social e cultural. [...] A nossa etnia está longe do período final de cristalização. E como acima ponderamos, os mais altos interesses nacionais impõem que se faça entrar no país o maior número possível de elementos étnicos superiores, a fim de que no epílogo do caldeamento possamos atingir um tipo racial capaz de arcar com as responsabilidades de uma grande situação. (Amaral, 1938, p.134-135)

Logo, podemos evidenciar que o problema étnico é o resultado do uso inadvertido de instrumentos que desrespeitam a liberdade individual e coletiva, privilegiando uma sociedade classificada como moderna em relação a outra classificada como arcaica e obsoleta. É nesta perspectiva que a elite branca acreditava ser o negro o grande problema para o desenvolvimento do Brasil. Desta forma, podemos concluir que a ausência da cultura afro-brasileira nos livros didáticos é reflexo desses movimentos, cujo imaginário está impregnado de valores brancos.

Ao debruçarmo-nos em uma análise sobre a presença de personagens negros em posições de destaque, constatamos a ocorrência de casos isolados, quando este não interfere na vontade da classe dominante. O negro, por questões de interesses e de ideologia, não ocupará a ponta da pirâmide socioeconômica, seja na vida real ou na ficção, “Eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado como contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia de desgosto e ele far-me-á grande”. (Barreto, 2004, p.11).

Um pensamento que por muito tempo acompanhou o negro e seus descendentes, o complexo de inferioridade, nesse cenário tomou novos rumos com o crescimento dos movimentos negros que lutavam pelo orgulho racial, como o reconhecimento de personalidades negras e pelo espaço aos negros letrados para que esses pudessem publicar suas obras.

O discurso que versa pelo reconhecimento do negro dentro da sociedade através da proposta de uma democracia racial, não fala da ocupação em posição de destaque. Logo, observamos que dentro deste contexto de reparação, o negro continua inferiorizado e estigmatizado. Segundo Clóvis Moura (2019), em *Sociologia do Negro brasileiro*, o negro ainda sofre através de mecanismos de barragem introjetado ao longo do tempo.

“O negro urbano brasileiro, especialmente do Sudeste e Sul do Brasil, tem uma trajetória que bem demonstra os mecanismos de barragem étnica que foram estabelecidos historicamente contra ele na sociedade branca. Nele estão reproduzidas as estratégias de seleção estabelecidas para opor-se a que ele tivesse acesso a patamares privilegiados ou compensadores socialmente, para que as camadas brancas (étnicas e/ou socialmente brancas) mantivessem no passado e mantenham no presente o direito de ocupá-los. Bloqueios estratégicos, que começam no próprio grupo família, passam pela educação primária, a escola de grau médio até a universidade; passam pela restrição do mercado de trabalho, seleção de empregos, no nível de salários em cada profissão, na discriminação velada (ou manifesta) em certos espaços profissionais; Passam também nos contatos entre sexos opostos, nas barreiras aos casamentos interétnicos e também pelas restrições múltiplas durante todos os dias, meses e anos que representam a vida de um negro.” (MOURA, 2019, p.30)

Assim, dos mecanismos de barragem, podemos considerar que o Brasil se relaciona mal com suas raízes africanas, uma incômoda realidade desenhada e copiada na literatura, nas artes e nos livros didáticos, gerando desconforto para classe letrada e artística negra no Brasil. Um complexo debate que se arrasta, mesmo depois da criação de leis inclusivas, que tornam obrigatória a implementação da cultura afro-brasileira, uma proposta que visa reduzir o distanciamento entre raças. E diante deste cenário os livros didáticos ainda mantêm vivas, em sua literatura, práticas antigas de apagamento.

Barreiras de cunho idealistas foram construídas através de diferentes mecanismos para barrar a introdução de questões raciais nos livros didáticos. Basta olharmos para o seu interior e constatarmos a não referência a personalidades negras, ou a movimentos em que o negro foi importante interlocutor. Desta forma, não podemos fechar os olhos e ignorar o

papel das escolas e dos livros didáticos na desconstrução de mitos sobre representações negras africanas no cenário nacional.

O sistema educacional funciona como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro - primário, secundário, universitário - o elenco das matérias ensinadas, como se executasse o que havia previsto a frase de Sílvio Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação das salas da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira, no currículo escolar? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento das suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou não ensinadas nas escolas brasileiras? Ao contrário, quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. (NASCIMENTO, 2016, p.113)

O descaso no tratamento disposto à cultura afro-brasileira nos livros didáticos, assim como pelas instituições de ensino, representa um atraso na proposta de democratização do ensino, pois tais instituições mantêm-se enraizadas em teorias negacionistas, deixando de lado as contribuições promovidas pela comunidade negra. Basta olhar para o passado e constatar que o encontro das raças no Brasil promoveu um enriquecimento que resultou em uma identidade cultural própria.

Contudo, mesmo havendo uma identidade própria, a cultura afro-brasileira é vista com desconfiança, e a criação de leis e órgãos que promovessem sua defesa e prática, fez-se necessária, pois permite que o estado brasileiro e a sociedade civil assumam suas responsabilidades fundamentando ações no combate à intolerância racial e cultural. É importante ressaltar que, passados 120 anos da abolição da escravidão, ainda vivemos sobre os efeitos da mancha escravocrata e seus efeitos sociais, deturpando e cerceando a reputação do negro e, conseqüentemente, do seu legado. Por isso se propõe as políticas afirmativas a promoção e a valorização do negro e sua cultura. É neste contexto que Fraser (2014), apresenta um debate sobre justiça social:

O grande debate da justiça social hoje centra-se na tensão entre compreendê-la como decorrente da distribuição de bens sociais econômicos e materiais ou concebê-la como fruto do reconhecimento, do enfrentamento à subordinação de grupos sociais, construída no terreno cultural e da "pessoalidade". Infere-se dos estudos dessa autora que há duas relevantes noções de princípios de justiça que governam as políticas públicas no mundo contemporâneo: uma que diz respeito à visão redistributiva de bens e outra que se reporta à necessidade de valorizar grupos sociais que foram historicamente hierarquizados como inferiores, situação que também

contribui para estruturar a distribuição dos bens materiais. (FRASER, 291-308, 2014)

O escamoteamento e o acantonamento que ainda observamos são o reflexo de práticas antigas como a promovida pelo escritor e etnólogo Nina Rodrigues, com o chamado Estudos Científicos sobre o Africano e o Negro no Brasil. O escritor revelou-se grande crítico da cultura afro-brasileira, descrevendo-a como uma prática pitoresca, folclórica e exótica, além de considerar os artistas negros como figuras arcaizadas, como, por exemplo, ao deparar-se com uma escultura esculpida em madeira que representava o deus do trovão Xangô. O mesmo Nina Rodrigues em seu livro “Os africanos no Brasil”, apresenta uma descrição feita pelo *Jornal de Notícias* de 12 de fevereiro de 1901, que descreve a imagem das festas de carnaval, como uma prática permeada de atributos animalesca e suja.

“Refiro-me à grande festa do Carnaval e ao abuso que nela se tem introduzido com a apresentação de máscaras mal prontas, porcos e mesmo maltrapilhos e também ao modo por que se tem africanizado, entre nós, essa grande festa da civilização. Eu não trato aqui de clubes uniformizados e obedecendo a um ponto de vista de costumes africanos, como a *Embaixada Africana*, os *Pândegos da África*, etc.; porém acho que a autoridade deveria proibir esses batuques e candomblés que, em grande quantidade, alastram as ruas nesses dias, produzindo essa enorme barulhada, sem tom nem som, como se estivéssemos na Quinta das Beatas ou no Engenho Velho, assim como essa mascarada vestida de saia e torço, entoando o tradicional samba, pois que tudo isso é incompatível com o nosso estado de civilização” (RODRIGUES, 2010, 157)

Este é um exemplo de mentalidade que degrada a figura do negro e sua cultura pela negação. A animalização da arte afro-brasileira denota uma incompreensão da preservação das suas raízes africanas descritas pela história, pelo ambiente e pela cultura.

A cristalização do conceito estético e racial coloca o negro em posição de total inferiorização, descrito como homem primitivo, que não possui órgão intelectual e cujas expressões artísticas não apresentam comportamento clássico. Tal mentalidade ganhou força nas palavras do crítico de arte Clarival do Prado Valladares, ao descrever a arte negra como sendo um imaginário sincrético de cultos africanos, com objetos litúrgicos, oferendas votivas talhadas em madeiras ou modeladas em barro. Uma tipificação emoldurada pela ideologia racista e eurocêntrica que se mantém viva até hoje.

Assim, entendemos o negacionismo da cultura afro-brasileira como uma prática estruturada sem qualquer reflexão sobre as representações histórico-sociais, resultando em

um lugar comum de denúncia diante do apagamento do negro brasileiro e sua herança cultural. Por fim, quando interrogamos o passado, confirmamos a existência do abandono e da exclusão, promovidos ao longo da história. Portanto, faz-se necessário destacar a relevância de se pensar transformações que resultem no desenvolvimento crítico acerca da importância da cultura afro-brasileira nos livros didáticos, pois torna-se impossível fazer qualquer dissociação, ao olharmos para a vida do brasileiro, seu pulsar, seus costumes, suas identidades coletivas e individuais, danças ou religião: elementos tão enraizados que se tornam algo orgânico à cultura brasileira.

2.2 O NEGRO E SUA PERSONIFICAÇÃO NA LITERATURA NACIONAL.

”ser negro no Brasil é conviver com o preconceito e a desigualdade. O silêncio em torno desse fato não ajuda em nada o país: precisamos, pois, falar sobre o racismo”

Rinaldo Gama⁵

Pensar na cultura afro-brasileira, assim como pensar na produção literária perpetrada por escritores negros, tem sido uma prática conflitante a partir do contexto de dominação colonial e percebida diante do pequeno número de autores negros inscritos no cânone literário brasileiro. A literatura, assim como a arte, são segmentos culturais que ao longo da história deveriam transcender as questões do preconceito e que, no entanto, esbarram no desprezo e na incompreensão de círculos intelectuais predominantemente brancos e abastados, deixando do lado de fora dos grandes salões e academias, escritores e artistas que se distinguem apenas pelo tom da pele, ignorando suas contribuições.

“Esse aspecto alienante que encontra na literatura antropológica, histórica e sociológica, e que tem suas raízes sociais na estrutura despótica e racista do aparelho de Estado escravista, e posteriormente, na estrutura intocada da propriedade fundiária, encontra-se, também, na literatura de ficção da época do escravismo, com desdobramentos visíveis e permanentes após sua extinção.” (MOURA, 2019, p. 50)

As motivações para o apagamento do negro na literatura brasileira, merece ser analisado com cuidado, pois durante muito tempo serviu como ferramenta para negar sua existência, corroborando com o pensamento depreciativo compartilhado por uma sociedade

⁵ Revista VEJA, edição 2557 - ano 50 - nº47 22 de novembro de 2017, Editora Abril.

aristocrática repleta de preconceitos. A personificação do negro na literatura brasileira possui a marca da resignação, da humildade, recuperando heranças e histórias, carregadas de estereótipos e reforçadas por uma carga dramática, a partir do projeto de embranquecimento da cultura brasileira. Um pensamento que abre uma grande lareira na relação entre negros e brancos.

O problema do negro na literatura brasileira deve comportar uma revisão sociológica que ainda não foi feita. Quando se inicia a literatura nacional romântica, na sua primeira fase, ela surge exatamente para negar a existência do negro, quer social, quer esteticamente. Toda a ação e tudo o que acontece nessa literatura tem de obedecer aos padrões brancos ou se esforça em exaltar o índio, mas um índio distante, europeizado, quase um branco naturalizado índio. Idealização de um tipo de personagem que não participava da luta de classes ou dos conflitos, como o negro, mas era idealização de fuga e escape para evadir-se da realidade sócio racial que a sociedade branca do Brasil enfrentava na época. (MOURA, 2019, p.50)

Assim, quando se propõem discussões sobre nossa literatura, os textos escolhidos retratam um Brasil de pele branca ou embranquecida, sem qualquer sombra de outra cultura ou cor. Sidney Chalhoub (2018) enriquece a discussão acerca do negro na literatura brasileira ao descrever a omissão do sujeito negro dos verbos de ação nas narrativas em favor da classe senhorial, fato que não é ocultado do leitor contemporâneo. A forma do texto com a descrição naturalizada do negro sem qualquer consternação, diz muito daquela sociedade pela ótica do homem rico, proprietário de escravos e imóveis.

A escravidão se faz presente na amplidão da Literatura Brasileira, mas só é notada quando esta literatura abarca questões que fazem referência à condição do negro como personagem sofrido, preguiçoso, que retribui com ingratidão o seu escravizador. Já a presença do personagem negro se faz na ausência, ou seja, o negro torna-se personagem invisível nas obras literárias, mesmo estando presente no cenário. Em torno deste aspecto, formaram-se verdadeiras fileiras de textos e escritores do nosso cânone literário que absorveram e incorporaram a imagem do negro no cenário, deixando esse personagem em total apagamento. Clovis Moura descreve bem o imaginário acerca do negro na ótica dos romancistas.

“O mundo ficcional, o imaginário desses romancistas ainda estava impregnado de valores brancos, o seu modelo de beleza ainda era o greco-romano e os seus heróis e heroínas tinham de ser pautados por esses

modelos. E a nossa realidade ficava desprezada como temática: os heróis tinham que ser brancos como os europeus e a massa do povo apenas pano de fundo dessas obras.”⁶ (MOURA, 2019, p.50)

No entanto, quando identificamos a presença do negro na literatura brasileira, percebemos que ela mantém viva uma herança cultural, através de narrativas discriminatórias, que limitam ou impedem a identificação de personagens como protagonistas de destaque. A presença de personagens negros em posição de destaque é cercada por questões que os associam a algum tipo de transgressão, seja no caráter, na sexualidade ou no comportamento.

Segundo Sidney Chalhoub (2018), a literatura brasileira molda a forma de se observar o negro, basta olharmos para personagens como “Macunaíma”, da obra escrita por Mário de Andrade, descrito como o herói sem nenhum caráter, ou mesmo quando este não está visível a olhos nus, na superfície do texto, como observado em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, no qual são feitas referências à prataria, ao cardápio, aos preparativos, porém é deixado de fora, por omissão, o sujeito dos verbos:

“Veio abaixo toda velha prataria[...]; vieram as toalhas de flandres, as grandes jarras da Índia; matou-se um capado; [...]lavaram-se, arearam-se, poliram-se as salas, escadas, castiçais, arandelas, as vastas mangas de vidro, todos os aparelhos do luxo clássico”. (CHALHOUB, 2018, p.298)

Ainda segundo Sidney Chalhoub (2018), obras cujas narrativas denunciam a presença da escravidão ocorrem somente a partir do segundo reinado. Obras que trazem o negro no bojo das discussões, mas sob o estigma de agitador. Na obra *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis (1859), a narrativa está centrada em torno da relação de amor, sofrimento e morte. Porém, o romance subverte a tradição, colocando o negro como personagem consciente de suas raízes. O romance de Maria Firmina dos Reis tem como pano de fundo a proposta de denunciar e dar voz aos negros na luta contra a escravidão.

A literatura brasileira reproduz em suas linhas o abismo entre brancos e negros apresentando um atraso escorado em séculos de omissão, distorções e celebração de uma nação tolerante, que trata o racismo com naturalidade. Um cenário construído sobre o manto do ocultamento, da subalternidade e hierarquização, absorvidos pela literatura. E é diante desta perspectiva de apagamento e negação que grandes obras do nosso cânone foram

⁶ Teorias à procura de uma prática - Os estudos sobre o negro como reflexo da Estrutura da Sociedade Brasileira - pag. 50

forjadas. Obras como *O mulato* e *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, *Macunaíma*, de Mário de Andrade e *O bom crioulo*, de Adolfo Caminha, possuem narrativas sobre o negro e seus descendentes, nas quais desempenham papel de protagonista, mas um protagonismo que denota alguma transgressão.

Em *O bom crioulo*, de Adolfo Caminha, o personagem central do romance, por exemplo, é um homem negro, identificado como herói, mas que sofre uma transgressão na sua sexualidade. Um herói descrito de forma diferente dos heróis mitológicos da literatura europeia. Amaro é um homem negro, marinheiro, cuja descrição carrega alguns estereótipos. Os olhos muito brancos, lábios enormemente grossos, que se abre em um vago sorriso idiota, além de sua fisionomia em linhas de estupidez e subserviência. Uma atribuição exótica à figura do marinheiro negro. A riqueza nos detalhes descreve o personagem negro com traços que subvertem os padrões estéticos do ator protagonista. A brancura dos olhos em comparação a cor de sua pele, sorriso e a fisionomia idiotas denotam uma infantilidade, lábios grossos, descrições que servem para subverter e deformar a imagem do personagem.

A obra *Macunaíma - O herói sem nenhum caráter*, escrito por Mário de Andrade durante a fase modernista com a geração de 1930, traz um personagem afro-brasileiro, cuja narrativa proposta o coloca em posição delicada diante de seu caráter duvidoso. A obra surge como um componente exótico, sem interioridade, sem sentimentos individuais:

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói da nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma. (ANDRADE, 2019, p. 21)

Macunaíma representa a desconstrução do homem brasileiro que nega suas raízes apoiando-se em um modelo europeu que ultrapassa a esfera literária atingindo outros terrenos. Outro aspecto que subverte o personagem é a malandragem exacerbada, uma descrição vinculada ao homem brasileiro que busca sempre obter vantagens. Assim, ao analisarmos a obra em seu cerne, somos conduzidos a questionar o caráter do homem brasileiro representado por Macunaíma, despido de seus valores morais e culturais em favor de outra considerada superior. Curiosamente, esse personagem possui a cor de sua pele negra, porém no decorrer da narrativa ganhará tonalidade branca, uma alusão talvez a proposta apresentada por círculos eugenistas brasileiros, que acreditavam ser a cor da pele o grande

problema social do Brasil e, assim, promovem a política de embranquecimento da população brasileira.

Nas obras *O mulato* e *O cortiço*, ambas de Aluísio Azevedo, temos questões que se apresentam até os dias de hoje. A resistência diante da posição ocupada pelo negro e seus descendentes, assim como a figura da mulher negra que tem a exploração de seu corpo, associado à subalternidade. As obras apresentam uma infinidade de questões que merecem um estudo apropriado, no entanto tais questões não estão reproduzidas nos livros didáticos, embora pudessem fazer parte do projeto pedagógico de estudos diante da riqueza literária e histórica. Aluísio Azevedo escreveu suas obras trazendo questões que eram vividas por negros na sociedade brasileira.

As obras refletem como o negro é retratado em nossa literatura, em posição de subordinação ou em posição de destaque, e em ambas as obras os negros possuem suas imagens desconstruídas e deturpadas. Por tudo isso, o que se observou foi a personificação do negro na literatura brasileira emoldurado por heranças culturais e outras histórias marcadas por uma carga dramática e estereótipos, através de narrativas discriminatórias, que limitam ou impedem a identificação de personagens afro-brasileiros como protagonistas, pois têm sua imagem associada à personagem com algum tipo de transgressão, seja no caráter, na sexualidade ou no comportamento.

2.3 A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS

Os livros didáticos possuem uma carga expressiva de autores e obras europeias, porém, no que tange à presença de autores brasileiros, esses são classificados como intelectuais, que contribuem com práticas antigas que reproduzem padrões culturais e estéticos corroborando com modelos de socialização perpetuando discriminação e exclusões, uma política reforçada durante o período Vargas, sob a égide do ministro da Saúde e Educação Gustavo Capanema, com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático.

A década de 1960 pode ser apontada como o marco da democratização do ensino, um processo que promove a expansão da rede pública de ensino visando atingir as camadas mais populares. Os livros didáticos também sofrem modificação na sua constituição, passando a ser escritos por professores especializados nas áreas de atuação. Um período classificado por

Gatti Júnior (2005, p. 382) como de transição, no qual os manuais escolares dão lugar aos livros didáticos contextualizados para o ambiente escolar.

No ano de 1964, que trouxe como evento principal o Golpe Militar, foi criado pelo Governo a Companhia Nacional de Material de Ensino, cujo objetivo, segundo Silva (2012, p.809) era a produção e distribuição de material didático. Em 1966 foi criada uma Comissão denominada de Comissão de Livros Técnicos e Livros didáticos (COLTED) que, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), órgão que selecionava os livros didáticos e técnicos que, por sua vez, enviava as obras às editoras para o processo de escolha dos autores e, conseqüentemente, dos títulos.

Com a redemocratização do Estado Brasileiro foi criado pelo MEC, no ano de 1985, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cujo objetivo é a disponibilização de guias de livros didáticos para indicação de professores, assim como a criação de bancos de livros didáticos e a própria reutilização desses livros. No entanto, desde o ano de 1996 o PNLD é responsabilidade do Fundo Nacional de Educação.

Os livros didáticos, sob a égide do PNLD, têm como proposta uma prática pedagógica de inclusão, e é diante desta proposta que se constrói a ideia do livro didático como instrumento auxiliador na promoção da diversidade cultural em conformidade com a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a obra didática não pode, em hipótese alguma, veicular preconceitos, estar desatualizada em relação aos avanços da teoria e prática pedagógicas, repetir padrões estereotipados ou conter informações erradas, equivocadas ou superadas pelo desenvolvimento de cada área do conhecimento – sejam sob a forma de texto ou ilustração. (BRASIL, 2007, p. 28).

Para Rosemberg, Bazzilli e Silva (2003), se faz necessário o trabalho com crianças a partir de uma proposta que objetiva uma convivência entre as diferenças étnicas, respeitando da mesma forma brancos europeus ou negros. Contudo, no que tange ao brasileiro, podemos dizer que a educação ofertada não é baseada no multiculturalismo, principal componente de nossa sociedade, mas na manifestação de ações preconceituosas sutis em determinados momentos, em outros mais agressivos. Na educação, registra-se uma lacuna étnica, no qual o branco é mais privilegiado.

A respeito da produção brasileira de livros didáticos, cuja narrativa aborda questões sobre o racismo, é considerada incipiente e pequena (Negrão, 1987; Pinto, 1987a, 1992;

Silva, 2002), eclodindo de forma negativa, promovendo a desvalorização do tema. A revisão da literatura acerca do tema racismo se faz necessária, porém, diferentemente do que acontece nos livros didáticos, diferentes atores se mobilizaram sobre a questão e o resultado acontece durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, materializando-se na criação de uma Secretária de Promoção da Igualdade Racial. Uma vitória importante na promoção de políticas públicas de inclusão.

O desafio mais crítico para aqueles que lutam contra o racismo no Brasil está justamente em convencer a opinião pública do caráter sistemático e não-casual dessas desigualdades; mostrar a sua reprodução cotidiana através de instituições de ordem pública (como a polícia e o sistema judiciário e correcional); através de instituições educacionais e de saúde pública. Só assim pode-se esperar levantar o véu centenário que encobre as dicotomias elite/povo, branco/negro na sociedade brasileira. (GUIMARÃES, 1999)

Na perspectiva de Rosemberg (1987) sobre o discurso do racismo, temos uma impregnação de noções que denotam deficiências culturais à minoria étnica. Uma prática que reflete na produção literária, assim como nos livros didáticos, um processo de acultramento que vem sofrendo uma transformação, passando do determinismo biológico para o cultural, fomentado por um conjunto de diferenças étnicas reais ou atribuídas, resultando na forma como é representada a cultura dominante, classificada como um padrão a ser copiado em detrimento às outras culturas, que por sua vez são classificadas como problemáticas e atrasadas.

Racismo é uma ideologia, uma estrutura e um processo pelo qual grupos específicos, com base em características biológicas e culturais verdadeiras ou atribuídas, são percebidos como uma raça ou grupo étnico inerentemente diferente e inferior. Tais diferenças são, em seguida, utilizadas como fundamentos lógicos para excluírem os membros desses grupos do acesso a recursos materiais e não materiais. Com efeito, o racismo sempre envolve conflito de grupos a respeito de recursos culturais e materiais. E opera por meio de regras, práticas e percepções individuais, mas, por definição, não é uma característica de indivíduos. Portanto, combater o racismo não significa lutar contra indivíduos, mas se opor às práticas e ideologias pelas quais o racismo opera através das relações culturais e sociais. (ROSEMBERG, 2003, p.128)

Diante da proposta também de Rosemberg (1987) sobre o discurso acerca do racismo, podemos acrescentar que nos livros didáticos esta prática também ocorre pelo apagamento da história e da contribuição de grupos étnicos como o negro, que teve participação em todos os campos de desenvolvimentos, mas que os livros suprimem,

contribuindo para o desconhecimento e a recusa no reconhecimento da comunidade dominante, constituindo e sustentando uma das formas de racismo brasileiro.

O combate ao racismo nos livros didáticos ainda é reduzido e com poucos sinais de mudança, segundo Rosemberg (1987). No entanto, a promoção de combate a esta prática é o resultado de diversas ações promovidas por movimentos negros, chancelado pelo processo de mudança e abertura no cenário político brasileiro, que possibilitou o surgimento de órgãos governamentais cuja proposta está na representação de movimentos sociais, alicerçados pelo movimento social em favor da nova Constituição de 1988, pela comemoração do centenário da Abolição e, por fim, pela III conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, A Xenofobia e a Intolerância Correlata, que foi realizada em Durban, no ano de 2001.

Desde o manifesto de lançamento do MNU, em 1979, passando pelos conselhos estaduais e municipais e pelas organizações não-governamentais negras contemporâneas, até o documento entregue a Fernando Henrique Cardoso (em 1995, durante a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida), o combate ao racismo no livro didático esteve presente na pauta de propostas e reivindicações do movimento negro. (D'ADESKY, 2001; GUIMARÃES, 2002, P.138)

2.4 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO E NA LITERATURA.

A mulher negra brasileira ocupa lugar de destaque no cenário literário ao permear o imaginário dos nossos escritores que exploram seus corpos, sua sexualidade e também seus sofrimentos. Muitas obras trazem a mulher negra como componentes de uma narrativa carregada de sofrimento e subalternidade.

A mulher negra, ao longo do tempo, passou a ocupar um lugar no cenário educacional que muito faz lembrar os tempos da casa grande, atuando em um campo que ainda lhe oferece a invisibilidade. São negras as mulheres que trabalham na higienização dos ambientes da escola, nos refeitórios das redes públicas de ensino. No que tange à sala de aula, mulheres negras estão presentes nos primeiros anos, período de aquisição do letramento e principalmente da socialização, assim como era no período escravocrata.

A mulher por muito tempo foi impedida de trabalhar e foi na educação que essa barreira foi quebrada. A mulher carrega consigo a figura materna e diante desta perspectiva que sua presença foi aceita no cenário educacional. A professora carrega o estigma maternal diante do alunado, uma mentalidade machista que se mantém até os dias atuais. Existe uma singularidade envolvendo a mulher no cenário educacional e literário, pois em ambos os casos a sua presença foi duramente combatida.

Mulheres negras escritoras em muito adotavam pseudônimos para terem suas obras publicadas. Foi assim com Maria Firmina dos Reis, mulher que possuía o agravante de ser negra, escrevendo em um cenário dominado por homens. Para corroborar essa análise, basta olharmos para o nosso cânone literário. As obras produzidas por mulheres não figuram entre as obras de grande destaque. Um cenário que muda após o movimento pré-modernista. A presença de mulheres negras ainda demorou um pouco para ganhar espaço de destaque, no entanto, hoje temos grandes expoentes da literatura nacional, mulheres negras cujas obras estão engajadas nas questões raciais, principalmente no que tange à figura feminina.

Escritoras negras como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Djamilia Ribeiro, Elisa Lucinda e Ana Maria Gonçalves, entre outras, são hoje verdadeiras referências para nossa literatura, atuando em uma frente de resistência e engajamento contra uma estrutura construída em torno da mulher negra no Brasil. São estas mulheres negras que dão novas cores ao nosso cânone literário, colocando a mulher, e principalmente a mulher negra, em local de destaque, assim como ocorreu com Raquel de Queiroz e Cecília Meireles. No entanto, diante das obras, fragmentos de textos presentes nos livros didáticos analisados até o presente momento nada foi encontrado. A presença dessas mulheres representa um marco histórico, pois quebra todos os paradigmas construídos em torno da mulher. Suas obras são internacionalmente reconhecidas e premiadas. A ausência destas autoras e suas obras nos livros didáticos analisados corroboram que a presença de figuras negras no cenário educacional ainda mantém vivas práticas antigas.

Assim encerro, dentro de um contexto histórico e literário, questões que estão entrelaçadas com a proposta deste trabalho. A ausência do negro e de sua cultura nos livros didáticos mostra que esta ausência sofre influências e influencia também na construção da imagem do negro, bem como na da sua cultura no cenário político, social, econômico e

educacional. Uma reflexão que se faz necessária, tendo em vista que o negro faz parte da formação da identidade brasileira. A negação da presença do negro na construção da sociedade brasileira abre uma lacuna que só pode ser explicada e entendida a partir da educação, tendo como principal ferramenta os livros didáticos e profissionais capazes de manusear essas ferramentas.

3. ANÁLISES DOS LIVROS DIDÁTICOS

À luz das questões propostas neste artigo, fez-se necessário consultas, análises e estudos comparativos através da concatenação de vários aspectos e por meio de análises críticas. Os subsídios coletados foram desenhados por uma perspectiva conservadora, destoando da proposta pela lei nº 11.645 de 2008, que promove a integração da participação do negro e de sua cultura, na constituição da nossa história literária e artística. O que percebemos é a exclusão de informações que deveriam nortear o alunado de forma a construir uma imagem positiva em detrimento do que por longos anos é pregado. O negro teve, sim, importância e os livros didáticos, assim como os livros literários, não apresentam essa perspectiva apenas de um povo sofrido, dependente, incapaz de se destacar no campo das artes e literaturas.

A título de introdução, faço uma análise dos capítulos contidos nos livros didáticos utilizados no 1º ano, 2º ano e 3º ano do Ensino Médio, e que compuseram a base curricular de Língua Portuguesa do Estado do Rio de Janeiro, durante os anos de 2018, 2019 e 2020, cujos autores são William Cereja, professor graduado em Português e Linguística e licenciado em Português pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Teoria Literária pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem na PUC-SP. Além disso, é professor da rede particular de ensino em São Paulo, capital. Carolina Dias Vianna, professora graduada e licenciada em Português pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (SP). Carolina é professora das redes pública e particular de ensino nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e professora da rede pública de ensino em Araraquara (SP). E Christiane Damien, professora graduada e licenciada em Português e Francês pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), mestre em Letras pelo Programa de Língua, Literatura e Cultura Árabe da Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Estudos Árabes pela Universidade de São Paulo (USP). Christiane tem experiência como professora das redes pública e particular de ensino na cidade de São Paulo.

Os livros analisados fazem parte de uma coleção aprovada pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e apresentam uma abordagem contemporânea no

estudo do Português, integrando literatura, língua e linguagem e produção textual. Logo, dentro dessa proposta, buscou-se averiguar a ocorrência de temas e obras que apresentem o negro por uma perspectiva calcada na lei 11.645 de 2008. No entanto, o que se averiguou foi a manutenção de práticas antigas, pois a referência literária encontrada aparece dentro de uma proposta dicotômica envolvendo escravidão e mão de obra, sem qualquer aprofundamento que promova a importância ou temas que integrem o negro como membro de uma sociedade civil.

3.1 - 1º Edição - 1º ano do ensino médio.

Debruçado na análise dos movimentos literários propostos no livro do 1º ano, *Português Contemporâneo - Diálogo, Reflexão e Uso*, de William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christine Damien, usado como componente da base curricular de Língua Portuguesa do Estado do Rio de Janeiro, procuramos apreciá-los sob a ótica da presença ou ausência da cultura afro-brasileira nos livros didáticos, e é diante desta proposta que buscamos, nesta primeira edição, textos literários que apresentam elementos da cultura afro-brasileira que comprovem a aplicação da lei nº 11.645 de 2008.

Dito isso, apontamos a ausência de elementos que nos remetem à cultura afro-brasileira pelo fato de a literatura e de os movimentos culturais nos períodos contemplados no livro – Trovadorismo, Classicismo, Literatura de Informação, Barroco e Arcadismo – serem inspirados na cultura europeia, logo, escritores, filósofos e pensadores europeus serviram como fonte de inspiração para a construção da cultura e da literatura brasileira nos períodos analisados. Desta forma, podemos evidenciar que a produção literária brasileira diante dos períodos não contribuiu para a construção da identidade brasileira, no que tange o cenário artístico e literário. Assim, os textos e autores brasileiros encontrados nas análises estão inseridos em contextos específicos ligados à análise gramaticais ou literária como gêneros do discurso. No que diz respeito à proposta apresentada no livro, podemos evidenciar que elas ainda se mantêm fiel às práticas antigas, em que o negro é representado por uma perspectiva limitadora e deturpada. Ressalto ainda, que o livro, nas poucas referências apresentadas, mantém a figura do negro suprimida à escravidão, ou como uma representação exótica, assim como ser subserviente, limitado de suas capacidades morais e

intelectuais, caminhando na contramão da lei nº 11.645 de 2008, que promove a cultura e a importância do negro na sociedade brasileira.

No primeiro capítulo do livro – Unidade 1, Capítulo 1 – são apresentados conceitos introdutórios, como definições de literatura, diferenciações entre língua e linguagem, determinações da teoria das comunicações e caracterizações dos gêneros do discurso. E diante desta proposta apresentada, temos a presença do poema *Agora* (2006), de autoria de Adão Ventura, um escritor negro, e de o *Canto a uma escrava*, uma cantiga oral da Guiné-Bissau que é uma manifestação literária comum na África – no Brasil essa prática ocorre na região da Amazônia. No entanto, os estudos apresentados não estão relacionados com as questões raciais ou qualquer proposta semelhante, mas sobre uma perspectiva textual, a partir da figura de linguagem.

Na Unidade 2 - Capítulo 1, um novo período da literatura é estudado, o período tradicionalmente conhecido por **Classicismo**. Na análise do movimento é apresentado um fragmento de *O navio negreiro*, de Castro Alves (2007), que pertence ao período classificado como Romantismo, uma obra que possui grande riqueza de informações, capaz de explicar diversas questões relacionadas ao tráfico negreiro e seus reflexos. No entanto, sobre uma perspectiva de análise do texto proposto, são apresentadas as figuras de linguagem, não permitindo, assim, a identificação de manifestações culturais no eixo temporal, bem como o reconhecimento tradicionais e de ruptura.

Os versos dessa obra de Castro Alves, retratam as condições precárias em que os negros eram transportados, e possui um viés crítico, pois os navios negreiros inauguram o transporte de negros escravizados no continente africano para outros continentes. No cenário nacional, o poema possui sua narrativa dentro do espaço e tempo em que vigora a lei Eusébio de Queirós. Contudo, mesmo diante da representatividade que envolve a obra, o capítulo não promove qualquer discussão acerca do tema, ficando ancorado na discussão gramatical quanto ao uso das classes de palavras. Diante disso, temos o silenciamento da questão envolvendo a entrada de negros escravizado no Brasil durante a lei Euzébio de Queiros, assim como da prática do genocídio negro, tema abordado no livro do escritor negro Clóvis Moura, em *A sociologia do negro brasileiro* (2019).

Assim, diante da ausência de qualquer discussão ou abordagem que retrata ao leitor a importância histórica e social dos navios negreiros e toda a conjuntura que envolveu a sua existência, reitero o destaque dado à questão pelos autores apenas para o emprego da hipérbole, a figura de linguagem que promove o exagero através das palavras.

No entanto, qualquer expressão frente à trágica narrativa envolvendo o transporte de negros escravizados não pode ser tratada como exagero, tendo em vista ser esta uma barbárie com requintes de crueldade que teve grande significado para o desenvolvimento do Brasil através do trabalho escravo. Desta forma, toda conjuntura que envolve a questão dos negros escravizados e seu transporte, apresenta um viés denunciante, basta olhar para os registros históricos. E é diante desta questão que o poema “Navio negreiro”, deveria ganhar maior destaque e aprofundamento como obra literária que denuncia as crueldades que envolvem a escravidão no Brasil, conforme descreve Jaime Rodrigues:

Vigiados, mal alimentados e reprimidos, os africanos ainda assim se rebelavam. Embora essa não fosse a regra, as revoltas eram comuns e amedrontavam as equipagens negreiras em razão da desproporção numérica entre os lados envolvidos. Para vigiar os escravos presos no porão, era útil compreender o que diziam - daí a importância presença das “línguas” ou marinheiros intérpretes, muitos deles também escravos. Incontáveis revoltas podem ter sido causadas pelo pânico de enfrentar uma morte trágica, como a de ser devorado numa terra estrangeira por gente branca. (RODRIGUES, 2018, p. 345)⁷

Diante do exposto por Jaime Rodrigues, temas que abordam questões raciais dentro do contexto proposto pela lei nº 11.645 de 2008 deveriam ser tratados com maior destaque seja no campo literário ou histórico por denotar questões mais profundas e enraizadas até os dias atuais.

Dando continuidade da análise do 1º volume, temos na unidade 4 - Capítulo 2 um estudo sobre o movimento conhecido por **Arcadismo**. O arcadismo no Brasil possui como principal marca seu dinamismo cultural, a partir do surgimento das primeiras livrarias, bem como o desenvolvimento estético e urbano. Os poetas árcades da época bebem na fonte do Iluminismo, que promove reações da burguesia contra a nobreza, expressando sentimentos de renovação nos hábitos artísticos e políticos. O movimento no Brasil teve como principais

⁷ Dicionário da escravidão e liberdade - Navio Negreiro.

expoentes os autores **Cláudio** Manuel da Costa, que escreveu o poema épico *Vila Rica*, publicado em 1839. Outro importante escritor da época é Tomás Antônio Gonzaga, com a obra *Marília de Dirceu* (1792) e de *Cartas Chilenas* (1845). Por fim, temos Basílio da Gama, que escreveu a obra *O Uruguai* (1769).

Convém lembrar que a proposta apresentada neste trabalho é a busca de obras, autores e personagens que narrem, por uma perspectiva diferente das condições vinculadas ao negro na sociedade brasileira, e em cumprimento às perspectivas diante da proposta de lei nº 11.645 de 2008, a influência da cultura afro-brasileira em nossa identidade cultural. Porém, o que foi observado é a manutenção da prática do apagamento de qualquer vestígio da presença do negro que promovam sua importância.

Analisamos a Unidade 3 - Capítulo 3, cujo destaque é o estudo do **Barroco no Brasil**, movimento que marca o Século XVII. A investigação acerca da presença de elementos que promovam a cultura afro-brasileira neste 1º volume, dentro do movimento Barroco, traz a exposição de duas pinturas que retratam o negro em dois momentos distintos. Na primeira tela, denominada *Mulher Negra* (1641), pintada por Albert Eckhot, traz a imagem de uma mulher negra seminua em companhia de uma criança também negra, tendo como cenário ao fundo o mar, local de saída e chegada dos negros escravizados acantonados em porões de navios negreiros. O mar na literatura africana, promove um diálogo a partir da metáfora do *entrelugar*, cuja representação está na chegada e partida. A poesia de Orlando Mendes (1992) descreve bem a representação do mar observada na pintura de Albert Eckhot.

Por ali estiveram Camões das amarguras itinerantes e Gonzaga da Inconfidência no desterro em lado oposto. Era a rota dos gemidos e das raivas putrefactas E dos partos que haviam de povoar as Américas com braços marcados a ferro nas lavras e colheitas. (MENDES, 1992, p. 39)

Além disso, temos outra imagem, agora do porão de um navio negreiro, em que negros estão amontoados, sendo observados por três homens brancos, supostamente contrabandistas de escravos. A imagem *Negros no fundo do porão* é uma gravura de 1827, de Johann Moritz Rugendas, e a terceira imagem negra apresentada é a ilustração *Engenho de açúcar*, de 1648, de Guilherme Piso, que retrata o sofrimento dos escravos nos engenhos de cana de açúcar. A imagem foi comparada ao padecimento de Jesus Cristo diante do formato em cruz.

De posse dos dados observados nos cenários apresentados nas telas, as imagens apontam para o sofrimento, à tristeza e à escravidão, apontam para uma representação que valoriza o lado obscuro da imagem do negro, deixando de fora suas contribuições nos diversos campos da sociedade brasileira. E é nesse contexto que é desenhada a ideia do sociólogo Darcy Ribeiro em relação à formação da identidade brasileira, a partir das misturas de raças, não incorporada aos livros didáticos. Dados são apontados em pesquisas e corroboram ao fato de a exibição constante e repetitiva de violência contra o negro representar uma proposta ideológica de superioridade do homem branco sobre o negro, mantendo a subserviência de um em relação ao outro.

À luz dos movimentos analisados neste 1º volume, há algumas personalidades negras com importante representação nos movimentos negros presentes nos movimentos literários e artísticos estudados que poderiam estar presentes na proposta promovida pelo livro e não estão. Personagem como Luiza Mahin, supostamente nascida no início do século XIX, e que teria vindo para o Brasil como escrava e a quem se atribui um importante papel no movimento malê, uma revolta que ocorreu na Bahia, sendo assim considerada como o primeiro movimento organizado no Brasil, liderado por negros. Esperança Garcia, que foi outra mulher negra que marcou seu tempo a partir do descontentamento com as condições a que era submetida e, assim, escreveu uma carta para o governo do Piauí, denunciando os maus tratos sofridos, não só por ela, mas também por outras mulheres tendo, mais tarde, sua atitude reconhecida e recebendo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Piauí o título simbólico de primeira mulher e negra, advogada do estado.

Ainda em relação a análise do livro de 1º ano, trazendo outra personalidade negra, Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), popularmente conhecido como Luiz Gama, um ativo abolicionista que não figura nas linhas e propostas apresentadas. Na causa abolicionista atuou junto com Ferreira de Meneses, André Rebouças e Jose do Patrocínio, que escreveram um projeto de abolição da escravidão e como reparação aos negros propuseram reforma agrária, educação e emprego aos negros libertos. Luiz Gama publicou em 1859, "*Primeiras Trovas Burlescas*" uma coletânea de poemas que satirizava a sociedade e a política brasileira. Escreveu também para alguns jornais da época.

Sendo assim, encerro a análise do 1º volume da coleção apontando que a ausência do negro se deu pelo fato de os movimentos analisados, em sua maioria, datarem de antes da

introdução do negro no Brasil. No entanto, não posso deixar de destacar que a presença de negros encontrados nesta edição ocorreu de forma fragmentada remetendo a um imaginário negativo criado sobre a figura do negro, deixando de lado as grandes contribuições permeadas por sangue, suor e dor. Por fim, a ausência de propostas que promovam a afirmação, o orgulho e o pertencimento nos livros didáticos colabora para minimizar a inclusão e a importância do negro na sociedade brasileira.

3.2 - 2ª Edição - 2º ano do ensino médio.

Nesta segunda edição do livro *Português Contemporâneo - Diálogo, Reflexão e Uso*, de William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christine Damien, usado como componente da base curricular de Língua Portuguesa do Estado do Rio de Janeiro no 2º ano do Ensino Médio, a análise da obra mantém acesa a proposta de um projeto de pesquisa que promova a inclusão da cultura afro-brasileira nos livros didáticos. Os movimentos artísticos e literários contemplados nesta segunda edição, mergulham na história da literatura nacional, a partir de um projeto pedagógico oferecido pela rede de ensino público do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, o que se busca são as referências no que tange à participação de personalidades negras durante os movimentos pesquisados. Notamos a necessidade de um estudo diante da falta de elementos concisos que comprovem a presença de autores e personagens negros nas obras usadas no ensino de história e literatura. A descrição dos movimentos permite identificar como é abordada a questão racial, a partir da presença ou ausência de personagens negros nos movimentos culturais artísticos e literários.

O período Romântico Brasileiro é estudado na 1ª unidade do 1º capítulo. Um movimento que teve seu início em meio a um idealismo político que preenche o imaginário de escritores que vislumbram a construção de uma identidade nacional que, segundo *Antônio Candido* (2004), ganha cores através da noção de que haveria no Brasil uma característica própria na produção literária. Precisamos destacar que no período de transição entre a fase indianista e a fase romântica, o índio figura como expoente de seu próprio destino, descrito por *Clóvis Moura* (2019) como uma figura distante e europeizada, quase um branco, personagem corajoso e profundamente orgulhoso de sua independência, porém, em detrimento à figura indígena, temos o negro, que na literatura é escravizado, resignado e humilde, descartado como ser humano, uma figura exótica e bestial.

A presença do negro no cenário artístico e literário brasileiro é constantemente negada e repetida durante os movimentos analisados no livro. Faz-se mister destacar que durante análise dos movimentos proposto nesta edição pouco ou quase nada se disse sobre a presença do negro. Clóvis Moura (2019) discorre acertadamente sobre os romancistas ficcionais brasileiros que desprezavam a realidade brasileira como temática, gastando assim, seus bicos de pena na construção de obras impregnadas de valores brancos e europeizados. Assim, faz-se importante destacar, que é no período romântico que a obra *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, foi escrita. Romance de cunho crítico, que segundo Sidney Chalhoub (2018) é uma obra que não encontra paralelo com outras obras da época. Ainda assim, *Úrsula* (1859) não aparece nos estudos propostos como referência, no que tange à presença do negro no cenário intelectual, mesmo sendo considerada uma obra importante no movimento de resistência e denúncia, e que rompe com as barreiras literárias da época dominada por homens, sendo esta escrita por uma mulher negra. Maria Firmina dos Reis ainda escreveu outras obras como, *A escrava* (1887) que consagra sua posição antiescravista. Contudo, diferentemente de outros escritores celebrados, Maria Firmina dos Reis morreu pobre e esquecida, sua obra *Úrsula* (1859) se perde no tempo, mas por conta do acaso é garimpada junto de uma pilha de livros, comprados em um sebo no centro do Rio de Janeiro, por um pesquisador. A obra descoberta foi reproduzida e encaminhada para o governo do Maranhão. De posse destas informações, podemos partir para uma análise de que Maria Firmina dos Reis poderia estar presente no estudo do movimento literário brasileiro, mas por questões estéticas celebradas no cânone literário fica a margem do conhecimento histórico.

Ainda no período do Romantismo brasileiro, analisado nesta segunda edição, temos um fragmento da obra *O Navio negreiro*, do escritor Castro Alves, que segundo Clóvis Moura (2019) subverte a figura do negro surgindo humanizado, abandonando o estigma bestial, humilhado e submisso assumindo um papel social e ativo, características que vai de encontro à realidade dos negros cativos transportados nestas embarcações. Em paralelo, temos um fragmento da música *Todo camburão tem um pouco de navio negreiro* (1994), gravada pela banda *O Rappa*, em referência à obra *O Navio negreiro*, de Castro Alves. A letra estabelece um diálogo que transporta para o futuro a relação entre dominador e dominado. A presença do estado no interior das comunidades pobres empurra o negro para uma galeria de humilhação e ofensas, uma prática muito comum perpetrada por representantes do Estado, verdadeiros escravizadores. E é neste contexto que a música faz, brilhantemente, uma alusão

à forma como homens negros eram transportados, apinhados, acorrentados e humilhados, não muito diferente dos dias atuais, agora pelas mãos do Estado, que apinha, algema e humilha homens, em sua maioria de pele negra, oriundos de comunidades carentes, subvertidos por carregar na cor de sua pele o estigma de ser um problema social. O presente repete o passado, manchando de sangue, becos e vielas, ceifando vidas negras.

A descrição de um navio negreiro, segundo Rodrigues (2018), dependia da imaginação dos artistas e viajantes do século XIX. A gravura feita por Johann Moritz Rugendas (1827), retratada na edição anterior (1º ano), representa bem esse imaginário construído sobre o navio negreiro. Uma cena que traz homens negros no fundo do porão, sendo observados por outros homens brancos, verdadeira personificação do medo e do horror para os cativos. Os navios negreiros são algo considerado atemporal para Rodrigues (2019). Sua superlotação, a falta de alimentos e a incerteza da chegada dão cores sombrias ao cenário a bordo destas embarcações.

O tráfico de negros contribuiu também para o desenvolvimento tecnológico no transporte marítimo principalmente no campo comercial. A construção de navios a vapor no século XIX, teve motivação no tráfico negreiro diante da necessidade de aumentar o desempenho no transporte comercial. Castro Alves foi muito feliz ao parafrasear “por que foges assim, barco ligeiro? ”, em sua obra *O Navio Negreiros*, numa referência à rapidez com que se locomoviam essas embarcações. Rapidez que tem uma explicação plausível: fugir da armada Inglesa.

A ligeireza dos navios negreiros no século XIX devia-se à menor dimensão, ao melhor velame e ao recoberto de cobre para fugir dos pesados navios da armada inglesa envolvidos no combate ao tráfico Atlântico. Em contrapartida, as condições do tráfico para o Brasil provavelmente se tornaram mais atrozés após a primeira proibição, em 1831, pois os navios passaram a vir ainda mais abarrotados e tiveram de enfrentar a repressão britânica nos mares. (RODRIGUES, 2019, p.348)

A questão acerca do tráfico negreiro merece destaque por toda uma conjuntura que envolve desde o transporte, o trabalho forçado, os movimentos de resistência, assim como a motivação da proibição pelos ingleses, e muitas outras questões atuais que ainda estão relacionadas ao passado que teve início na vinda de escravos, construindo uma nova rota comercial marítima. Outros estudos estão diretamente relacionados ao transporte negreiro. Estudos no campo da arqueologia, como ocorrido recentemente na descoberta do Cais do

Valongo. Estudos capazes de manter vivas as memórias de um período obscuro de nossa história, com ares de legalidade, porém importante no desenvolvimento comercial e econômico do Brasil.

Outra obra presente neste capítulo e que traz o negro como figura sofredora, animalizada, humilhada e desprezada é a obra escrita por Harriet Bécher Stowe, *A cabana do Pai Tomás* (1852). Uma obra que tem sua narrativa, a partir de valores cristão e promove uma discussão das causas abolicionistas por outra perspectiva, acerca de uma discussão polêmica ocorrida nos Estados Unidos, diante da aprovação da Lei do Escravo Fugitivo, em 1850. Em *O abolicionista* (1883), Joaquim Nabuco promove uma análise crítica acerca da obra *A cabana do Pai Tomás* ao considerar mais profundas as questões envolvendo os negros escravizados, diante da narrativa em torno de um escravo bondoso, religioso que se mostra resiliente aos maus tratos sofridos pelas mãos de seu senhor. Uma realidade muito diferente. Na 1ª edição do livro em Português, temos um fragmento da obra *12 anos de escravidão* (2014), que narra a história de Solomom Northup, um homem negro livre e posteriormente escravizado. A obra apresenta a difícil relação entre escravizador e escravizado. Um convívio que em nada lembra a resiliência do negro cativo, vislumbrado na obra de Harriet Bécher Stowe. A fuga do negro é uma das diversas formas de resistência ao sistema escravocrata. Contudo, por uma outra ótica, a obra promove uma literatura de resistência, a partir do movimento abolicionista, bem como dá vida às questões feministas ao defender a presença da mulher nos círculos intelectuais e políticos.

O movimento negro norte-americano teve uma característica muito diferente dos movimentos negros no Brasil. O filme *Selma – uma luta pela igualdade*, que também surge na 1ª edição do livro de Português, narra os acontecimentos ocorridos na cidade de Selma, e liderados por Martin Luther King Jr., que mais tarde se torna uma referência em todo mundo no que tange às questões raciais.

No campo literário, a obra *A cabana do Pai Tomás* (1852) também despertou sentimentos avessos, rico em detalhes, diante do descontentamento de Flaubert em uma carta à Louise Colet.

As reflexões da autora me irritaram o tempo todo. É preciso fazer reflexão sobre a escravidão? Basta mostrá-la, e está feito. [...] Veja se há declamações contra a usura no Mercador de Veneza. A forma dramática tem essa vantagem, ela anula o autor. – Balzac não escapou do mesmo defeito, ele é legitimista, católico, aristocrata. – O autor deve estar em sua obra

como Deus no universo: em toda parte, mas visível em parte alguma.
(GUIMARÃES, 2013, p. 179 e 204)

A motivação de Flaubert fundamenta-se, segundo Guimarães (2013), na intromissão da autora na narrativa, bem como no seu viés sentimentalista e retórico.

Avançando na análise dos movimentos propostos nesta edição, chegamos ao Naturalismo brasileiro, que é apresentado no Capítulo 3. O Naturalismo brasileiro configura-se como um movimento que mantém acesas as influências dos ideais eurocêntricos. “A escola literária que em seu tempo triunfou, o naturalismo, implantou-se devido, sobretudo, ao exemplo europeu”⁸. Nelson Werneck (1965) compreende que o Naturalismo no Brasil se faz presente dentro de um contexto de mudanças frente à velha estrutura construída no colonialismo. Uma mudança que promove um abalo principalmente na classe burguesa que vislumbra maior destaque no cenário político. No entanto, em muito se distinguia o movimento naturalista brasileiro do modelo europeu, que seguiam temas propostos por Émile Zola e Eça de Queirós, porém, ignorando as diferenças entre as sociedades francesa e portuguesa da brasileira. Na Europa era refletida na desagregação burguesa, o que não se materializou no Brasil.

E assim, faz-se mister destacar que a escravidão se faz presente na literatura brasileira. O negro surge na literatura no período naturalista a partir de ideias que defendiam o movimento abolicionista, dando uma característica própria para nossa literatura. Uma literatura que atua sobre a ótica do opressor, que escreve em tom de resiliência, apresentando o negro domesticado, e leal ao seu senhor. No entanto, a literatura de resistência, segue na contramão se opondo, fazendo uso de um repertório diversificado, que busca o reconhecimento do negro além de contrariar a eurocentricidade literária praticada no Brasil.

A imaginação literária acerca da escravidão se apresenta emoldurada e redundante por questões que remetem ao sofrimento, à separação violenta, ao tráfico negreiro e ao aprisionamento dos direitos dos negros. Os escritores brasileiros, mesmo os considerados mais inclinados em trazer o negro para a posição de protagonismo, têm esses personagens subvertidos, mas ganham destaque no cânone literário ao escrever a partir de uma nova perspectiva e estética. As obras que marcam o início desta tendência estética no Brasil, foram: *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880), de Machado de Assis e *O Mulato* (1881) de Aluísio Azevedo, podendo ser destacada, ainda, a prosa realista de Raul Pompéia

⁸ O naturalismo no Brasil - Nelson Werneck Sodré

(1863-1895), com *O Ateneu* (1888), e a prosa naturalista de Inglês de Sousa (1853-1918), com *O Missionário* (1882), e Adolfo Caminha (1867-1897), com *O Bom Crioulo* (1895).

O movimento Realista carrega a marca do que é observado no mundo real, como coisas, pessoas ou sentimentos. O que distingue o Realismo do Romantismo é a oposição entre ambos, pois o Realismo representa uma concepção estética que liga literatura, filosofia e ciências. Outra característica observada é a busca de explicações da conduta humana por meio de fatores biológicos e sociais. O Naturalismo, por sua vez, apresenta elementos como hereditariedade e o meio social entre os fatores que condicionam as ações e o destino dos personagens.

O escritor Machado de Assis se notabiliza como ficcionista através de sua linguagem concisa, permeada de ironias e ambiguidades, destacada pela profunda reflexão em torno dos conflitos psicológicos e os dramas da vida interior. A prosa romântica machadiana retrata a paisagem urbana e os homens cotidianos envolvidos por suas contradições, incertezas, esperanças e fraquezas. Machado de Assis é um dos poucos escritores negros que possuem notabilidade no cenário literário brasileiro, porém é observado que as relações feitas ao escritor são destinadas a um homem de pele clara, o afastando de suas raízes negras. A obra de Machado de Assis não apresenta conotação de denúncia, mas de distanciamento com as causas raciais.

Outro importante escritor que se destaca é Aluísio Azevedo, romancista que ganha notabilidade pela habilidade no tratamento dado aos agrupamentos humanos, observados nas suas obras *O cortiço* e *Casa de Pensão*. É um escritor com orientações contidas no naturalismo, criando uma descrição objetiva e detalhada do ambiente, estampadas por cenas coletivas, delineando o comportamento de suas personagens amalgamadas pela teoria naturalista. A obra *o Cortiço* traz a imagem construída sob a figura estereotipada do negro, com características depreciativas como a do malandro capoeirista, da lavadeira, da prostituta, do homossexual, da mulata sedutora etc.

O que podemos concluir, é que os livros didáticos não acompanharam as tendências que promovem a discussão das questões raciais em todas as esferas da sociedade brasileira e mundial. O livro didático funciona como o primeiro passo para as discussões que cercam as relações raciais, pois atua na construção de novas perspectivas e na desconstrução de mitos e estigmas, quanto à participação da comunidade negra e a sua importância na construção social. E foi neste

contexto, que nasceu a lei nº 11.645 de 2008, cuja proposta visa à integração da cultura afro-brasileira e indígena nos livros didáticos.

3.3 - 3ª Edição – 3º ano do ensino médio.

Esta 3ª edição encerra o ciclo de análises da coleção de livros usados no estudo de Português Contemporâneo e Literatura da rede pública de ensino, tendo como público alvo os alunos do 3º ano do Ensino Médio. Assim, mantenho acesa a busca por textos, autores e obras que tragam o negro em uma perspectiva diferente, pois já faz 13 anos da promulgação da lei 11.645 de 2008, tempo suficiente para mudanças nas propostas pedagógicas. No entanto, não podemos desprezar a existência de organismo sociais e governamentais resistentes à inclusão e ao reconhecimento do negro como expoente importante da história nacional, uma resistência sentida e presente nos textos literários observados nesta edição. Os movimentos artísticos e literários contemplados nesta edição tratam de períodos em que houve significativas mudanças no cenário cultural brasileiro. E é diante desta nova perspectiva que escrevo esta análise, pois nas edições anteriores os movimentos carregam, em suas raízes, influências vindas da Europa. Os movimentos analisados estão dentro de um contexto que pode ser classificado como de ruptura e construção que inicia na unidade 1 – capítulo 1, com o Movimento Pré-modernista.

O que a crítica nacional chama de Modernismo está condicionado por um acontecimento, isto é, por algo datado, público e clamoroso, que se impôs à atenção da nossa inteligência como um divisor de águas: A Semana de Arte Moderna, realizada em fevereiro de 1922, na cidade de São Paulo. Como os promotores da Semana traziam, de fato, ideias estéticas originais em relação às nossas últimas correntes literárias, já em agonia, o Parnasianismo e o Simbolismo, pareceu aos historiadores da cultura brasileira que modernista tosse adjetivo bastante para definir o estilo dos novos, e Modernismo tudo o que se viesse a escrever sob o signo de 22. (BOSI, 1994, p.303)

O movimento pré-modernista dá novos contornos na construção de uma identidade própria à cultura brasileira. Obras artísticas e literárias que têm suas narrativas inclinadas para questões regionais brasileiras, rompendo com qualquer traço eurocêntrico que fizeram parte da formação artística e literária marcando época. Autores como Euclides da Cunha, Augusto dos Anjos e Lima Barreto são apresentados como personalidades literárias com grande destaque para o período de transição entre o antigo e o moderno. O que une estes escritores é

a problematização das questões regionais, os conflitos religiosos, a seca, a fome, o subúrbio, ou seja, a vida cotidiana do brasileiro e suas adversidades.

O período pré-modernista, com suas obras abstratas e cenários que trazem homens e mulheres brasileiros, o Índio e o negro, denotam as transformações ocorridas na arte nacional. No entanto, essas personagens são retratadas por uma ótica frutificada nos círculos intelectuais que buscam novo significado para a arte brasileira. A representação do cotidiano brasileiro com o Pré-modernismo, serve como apresentação para o mundo dos conflitos existentes, pois em muito do que se apresentou em nossas produções, assemelhou-se às produções europeias e seus conflitos.

Debruçado na análise desta edição, temos por exemplo, na página 15, uma referência a obra *Os sertões* (1901), de Euclides da Cunha, que tem sua narrativa dividida em três partes, a terra situada, na 1ª parte; o homem, na 2ª parte; e a luta, na 3ª parte. Desta forma, a obra *Os sertões* (1901) apresenta sua temática bem explorada, denotando as adversidades vividas no sertão nordestino, uma narrativa que apresenta o cotidiano, as lutas, os sofrimentos, questões que representam uma concepção estética e moderna para os padrões literários. Para Alfredo Bosi (1994), o moderno contido na obra de Euclides da Cunha está em seu comprometimento com o homem, com a natureza e com a sociedade, pelo uso das palavras contrariando ao que classifica como decadência no jogo de sons e formas, dando um contorno apaixonado e rico como proposta de análise e protesto.

Antonio Candido, por sua vez, descreve a obra *Os Sertões* (1901) como sendo uma descrição realizada por Euclides da Cunha diante dos conflitos entre grupos rurais liderados por seu líder Messiânico contra as forças do exército, que transforma o conflito em uma carnificina diante da ação violenta na repressão do movimento. Para o crítico, Euclides da Cunha foi um expectador privilegiado do conflito narrado em sua obra *Os sertões* (1901), já na sua última fase. E é diante desse testemunho que Candido dispara sua crítica contra o autor.

Faltou a Euclides da Cunha apenas salientar a miséria que acompanha esta situação de abandono, para mostrar que se tratava de algo quase tão grave quanto a escravidão, que tinha sido abolida pouco antes. Ele baseou o seu livro no esquema determinista em voga naquele tempo, indicando como o meio físico e a raça condicionavam os grupos sociais, e como a diferença de ritmos da evolução gerava desarmonias catastróficas. A sua escrita transforma a pretendida objetividade científica em testemunho indignado e

lúcido, resultando em denúncia do exército e da política dominante.
(CANDIDO, 1999, p.64)

Ainda debruçado na análise dos autores considerados importantes para o movimento Pré-modernista, temos Augusto dos Anjos, uma figura com importante representatividade no movimento com seu livro de poemas *EU* (1912), única obra escrita em vida. Uma obra de marca acentuada na autocrítica aguda e vigilante, apresentando um declínio para questões filosóficas.

Antonio Candido considera Augusto dos Anjos, um marginal, pela singularidade apresentada em sua obra *EU*, composta por poemas, na maioria sonetos, em que o escritor considera único na literatura brasileira diante de sua peculiaridade em aproveitar divulgações científicas, que é apresentado em um sistema poético. Augusto dos Anjos tem em sua escrita fortes influências de Baudelaire, Antero de Quental e Cruz e Sousa.

À luz da proposta apresentada neste trabalho, Lima Barreto se apresenta como único escritor negro que figura como representante do movimento de ruptura dentro do período analisado. A obra de Lima Barreto, possui grande representatividade com seus contornos críticos, contribuindo assim para esta análise. Sua obra trata do cotidiano carioca, do subúrbio e dos conflitos psicológicos, mas o autor também é conhecido por suas críticas à sociedade brasileira. Lima Barreto representa um grito de liberdade negra quando este é representado no cânone literário, pois é oriundo de uma classe em que o homem negro não tem muitas oportunidades. Uma quebra na estrutura monopolizada cuja presença do negro ainda é reduzida.

A biografia de Lima Barreto (257) explica o húnus ideológico da sua obra a origem humilde, a cor, a vida penosa de jornalista pobre e de pobre amanuense, aliadas à viva consciência da própria situação social, motivaram aquele seu socialismo maximalista, tão emotivo nas raízes quanto penetrante nas análises. (BOSI, 1994, p.316)

Lima Barreto era um legítimo representante da classe suburbana e ressentia-se a um conservadorismo associado ao xenofobismo, que segundo Alfredo Bosi (1994) era naturalizado por um instinto étnico com teor de rejeição por homens da antiga república. Sua obra *Triste fim de Policarpo Quaresma* tem em sua narrativa um estilo realista e intencional que denota crônicas a realidade social, ambientada em cenas cotidianas relacionadas ao patriotismo exacerbado. Mesmo diante das críticas de Lima Barreto às questões sociais da

época, ainda é distante a inserção de temas em o negro e a cultura afro-brasileira denotem maiores significados, mesmo dentro de um movimento considerado moderno.

Contrariando as normas preconizadas, a sua escrita é cursiva e a mais simples possível, buscando o ritmo coloquial, despreocupada da “pureza vernácula”, frequentemente incorreta, parecendo desafiar intencionalmente a gramática. A sua tendência mais natural era o comentário jornalístico e a apresentação pitoresca de costumes, regidos pelo sarcasmo e dirigidos contra o pedantismo, a falsa ciência, às aparências hipócritas da ideologia oficial. Mas o bloco principal de sua obra é a narrativa, que deixa a impressão de esforço mal realizado, apesar da generosidade das posições. Nela se destaca o romance *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), sátira quase trágica dos equívocos do patriotismo (muito invocado naquela fase inicial da República), onde conta a destruição de um inofensivo idealista pela realidade feia e mesquinha da política e dos fariseus. (CANDIDO, 1999, p.65)

Faz-se necessário destacar que dentro do estudo destinado ao movimento Pré-modernista, movimento que precede a Semana de Arte Moderna de 1922, temos nas páginas 30, 32 referências aos contos Angolano, *Nós choramos pelo cão Tinhoso* (2007) do escritor Angolano Ondjaki e o conto *Nós Matamos o Cão Tinhoso*, do escritor Moçambicano, Luís Bernardo Montana. Os contos narram as fraturas sentidas no pós-colonialismo africano. O escritor Angolano Ondjaki faz um diálogo com o conto escrito por Luís Bernardo Honwana, ambos narrados por crianças e usando como cenário o ambiente escolar. Os contos têm como pano de fundo, o reflexo dos enfrentamentos ocorridos pela independência das colônias africanas de Língua Portuguesa. As marcas gravadas no consciente de uma população.

Outro conto trabalhado neste capítulo é *O dia que explodiu Mabata-bata e Terra sonâmbula*, do também escritor moçambicano Mia Couto. Neste conto, Mia Couto apresenta a identidade Moçambicana de forma lírica, entrelaçando a realidade histórica e social com o místico, traçando um jogo simbólico. No conto *Terra sonâmbula*, do mesmo autor, Couto mantém sua busca pela identidade Moçambicana. No entanto, essa busca ocorre através de um sentimento crítico diante da dependência política e cultural presentes nos povos de Língua Portuguesa. O escritor expõe em suas obras a tragédia moçambicana promovida pela guerra civil e os conflitos entre o tradicional e o moderno. Os contos Moçambicanos e Angolanos carregam a dicotômica similaridade de rompimento e construção contidas na proposta do movimento modernista, abordada no primeiro parágrafo desta análise. Faz-se necessário destacar que os contos Moçambicanos e Angolanos estudados aqui deveriam estar

no capítulo destinado às discussões e análises envolvendo a literatura africana que será abordada mais adiante.

O Capítulo 2 da unidade 1 promove o estudo do movimento Modernista, movimento que instaura no Brasil um período fecundo, contemplando além do cenário literário, toda uma produção artística. É a partir da Semana de 22, que se inaugura no Brasil um novo momento, impulsionado por rebeldias, questionamentos e inovações. Os artistas que fizeram parte do movimento representavam a mais moderna das correntes artísticas brasileiras. Segundo Alfredo Bosi (1994), a Semana de Arte Moderna foi o ponto de confluência de diferentes vertentes artísticas do pós-guerra, no eixo Rio-São Paulo, resultando na produção de manifestos, livros e revistas, assim como na consolidação de grupos artísticos e literários.

Dito isso, no Capítulo 3 os escritores Oswald de Andrade e Mário de Andrade, bem como Manuel Bandeira, são apresentados como personagens ligados à Semana de Arte Moderna de 1922. Escritores que, segundo Alfredo Bosi (1994), são responsáveis por atingirem inovações no estrato da linguagem literária, permeadas por pontuações, traçados gráficos no texto e suas estruturas fônicas, léxicas e sintáticas do discurso. Por sua vez, Antonio Candido (1999) defende que o movimento Modernista brasileiro foi um movimento complexo e contraditório, costurando linhas centrais e secundárias, que inicia um período de transformação, contribuindo para a liberdade artística e literária.

A sua contribuição fundamental foi a defesa da liberdade de criação e experimentação, começando por bater em brecha a estética acadêmica, encarnada sobretudo na poesia e na prosa oratória, mecanizadas nas formas endurecidas que serviam para petrificar a expressão a serviço das idéias mais convencionais. Para isso, os modernistas valorizaram na poesia os temas quotidianos tratados com prosaísmo e quebraram a hierarquia dos vocábulos, adotando as expressões coloquiais mais singelas, mesmo vulgares, para desqualificar a solenidade ou a elegância afetada. Neste sentido, combateram a mania gramatical e pregaram o uso da língua segundo as características diferenciais do Brasil, incorporando o vocabulário (CANDIDO, 1999, p.70)

O movimento de 22 foi considerado o estopim artístico e literário que influenciou toda uma geração artística brasileira. Escritores com suas obras, pintores e suas telas abstratas, artistas plásticos e suas formas geométricas, dão novas cores e formas à arte brasileira. E foi assim que o Movimento de 22 inspirou outros movimentos, lançando personalidades no cenário literário como Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos, considerados expoentes do chamado romance de 1930. A década de 30 também apresenta para o cânone literário

escritores como José do Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, José Américo de Almeida, Jorge Amado, Érico Veríssimo, Lúcio Cardoso, Cornélio Pena, Jorge Lima, Mário Quintana, Cecília Meireles e Vinícius de Moraes.

Ainda como fruto do movimento modernista temos, a geração de 1945, que enriquece o cenário literário com a participação de escritores como João Cabral de Melo Neto, cuja obra apresenta um teor crítico e pungente, mas com uma doce sensibilidade e genialidade linguística, conforme é descrito no capítulo 2 - unidade 3, desta 3ª edição. Outros representantes deste cenário canônico são Clarice Lispector e Guimarães Rosa.

A margem da geração de 1945 e sem destaque nesta edição, temos um movimento de força ativa que toca as questões raciais no Brasil, principalmente no que tange à participação do negro no cenário artístico e sua inserção nas frentes de trabalho, acesso à educação, à moradia e à saúde. Os esforços apresentados neste movimento silencioso e apagado nos livros didáticos alargam as fronteiras e, posteriormente, darão origem às políticas de cotas, às ações afirmativas e a outras conquistas. O movimento recebe o nome de Teatro Experimental Negro - TEN.

O Teatro Experimental Negro - TEN, é uma reação proposta por intelectuais da comunidade negra liderados por Abdias do Nascimento, contra o embranquecimento e a marginalização da cultura afro-brasileira, ainda classificada como pitoresca, folclórica e insignificante.

O Teatro Experimental do Negro foi, no Brasil, o primeiro a denunciar a alienação da antropologia nacional, focalizando os povos de cor à luz do pitoresco, ou do histórico puramente, como se se tratasse de elemento estático ou mumificado. Esta denúncia é um *leitmotiv* de todas as realizações do TEN, entre as quais seu jornal Quilombo, a Conferência do Negro (1949), e o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro realizado em 1950. (RAMOS, 1966. p. 162)

O Teatro Experimental Negro apresenta como principal bandeira, a promoção da educação para a população negra. Um movimento que pensa os caminhos a serem trilhados pelo negro e, assim, o desenvolvimento da cultura afro-brasileira. Segundo Abdias do nascimento (2016), quando atores negros eram selecionados para alguma oportunidade de interpretação, suas personagens possuíam características que promoviam a subversão da imagem do negro, classificado como exótico, grotesco ou subalterno. É diante desse imaginário deturpado e corrompido que o Teatro Experimental Negro se fez presente, reescrevendo a narrativa, agora

sob a perspectiva do negro. Os textos apresentados neste movimento eram produzidos, em sua maioria, por escritores negros e as releituras de outras obras promoviam os artistas negros como protagonistas.

Na tentativa de contrapor a essas forças de postergação da raça negra uma barreira social, o Teatro Experimental Negro (TEN) formou um corpo de atores e atrizes negros, os primeiros que jamais existiriam fora dos estereótipos mencionados antes. Paralelamente, o TEN não negligenciou a criação de textos dramáticos nos quais se refletia a experiência negro-africana. Nesses textos, o afro-brasileiro poderia ver refletida, com respeito, sua personalidade humana. Um teatro que reconheceria sua dignidade como ser humano e como negro, e não aquele descrito por Bastide “esteticamente confinando-o ao único papel que o branco lhe destinou, aquele de divertir o público” (NASCIMENTO, 2016, p.189)

O Teatro Experimental Negro - TEN, ocorre em um período delicado de nossa história política, mas com propostas concretas frente aos direitos negados aos negros, como o acesso gratuito ao ensino e a admissão às instituições de ensino secundário e universitário (Nascimento, 1978, p.193). Uma característica apresentada pelo movimento em torno da proposta do Teatro experimental Negro é o entrelaçamento da educação com a cultura. Outra proposta apresentada foi a inserção de homens e mulheres negros no cenário artístico brasileiro, uma iniciativa que teve como pano de fundo o rompimento das barreiras estéticas eurocêntricas, adotadas pelo cânone artístico como modelo absoluto de beleza, deixando de fora deste modelo de beleza o negro. E foi assim que o Teatro Experimental Negro, revelou para o mundo das artes grandes personalidades negras, como Ruth de Souza, Léa Garcia, Milton Gonçalves, Zeni Pereira, entre outros também talentosos artistas que não figuram nos livros didáticos e de literatura como representantes negros do expoente artístico brasileiro. Desta forma, o Teatro Experimental Negro pode ser entendido como um importante movimento artístico ocorrido no Brasil, porém não possui qualquer referência nos períodos e movimentos artísticos estudados nesta terceira edição, o que permite acreditar não ser um movimento reconhecido e aceito pelo cânone artístico brasileiro.

Na unidade 4 – Capítulo 3, o estudo é destinado às literaturas africanas de língua portuguesa e afro-brasileira. No primeiro estudo, temos como destaque a literatura angolana e a moçambicana que possuem como características o mesmo sentimento de denúncia diante do traumático processo de descolonização.

Uma marca importante da literatura africana de países lusófonos é a participação de personalidades literárias nas trincheiras pela descolonização de seus países. Escritores que trocaram as armas e o derramamento de sangue, por bicos de pena, versos e poesias que retratam as dores de um período obscuro de sua história.

Um aspecto relevante para o estudo deste capítulo diz respeito à Literatura Brasileira, que teve significativa influência na formação do pensamento literário africano de língua portuguesa, como a obra Grande sertão Veredas, que retrata o sofrimento de um povo, assim como acontecia na África. No entanto, a presença de textos, obras e autores africanos nesta edição não promove qualquer discussão e tampouco a relação cultural afro-brasileira promovida pela colonização europeia em ambos os continentes.

A presença de autores como Ondjaki, nesta edição, não denota a complexidade que sua obra representa nas lembranças do pós-colonialismo, assim como suas consequências. A literatura de Ondjaki apresenta uma perspectiva diferente da realidade africana, sem qualquer tipo de aproximação com as imagens apresentadas pelos veículos de comunicação, transformando a África em um lugar pobre, sujo e em constante calamidade.

A Literatura Africana se apresenta diferente da Literatura Brasileira. Ela representa um movimento de ruptura com os países colonizadores e assim não busca qualquer referência que as aproxime, enveredando por questões sociais e não estéticas. No que tange à Literatura Brasileira, esta seguiu direção diferente, buscando assemelhar-se à europeia, bem como o apagamento das relações com a África.

Em relação à análise deste último capítulo do livro, percebemos algumas referências à cultura afro-brasileira, como a imagem do periódico Cadernos Negros – volume 38, bem como a presença dos escritores negros Adão Ventura, Márcio Barbosa e Luiz Silva, popularmente conhecido nos círculos negros como Cuti.

Um número muito pequeno, diante da conjuntura atual da literatura contemporânea, em que temos personalidades como Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Heloisa Lucinda, Miriam Alves, Nina Rizzi, Paulo Colina, Ana Maria Gonçalves, Martinho da Vila entre tantos outros talentos, mas, por conta de resistências promovidas dentro do cânone literário, esses autores são ignorados assim como acontece nos livros didáticos.

Percebemos, assim, que as edições analisadas até aqui mantêm acesas às práticas antigas pela busca do embranquecimento da arte e literatura brasileira, bem como contribuem para o apagamento da cultura afro-brasileira, que mesmo após grandes movimentos, ações e

criação de leis, continua apresentando a figura do negro e sua cultura de forma estigmatizada e vista como uma cultura folclórica e insignificante.

4. CONCLUSÃO

As informações analisadas e conclusões do presente estudo não estão imersas em tradições, mas em críticas, haja vista a amplitude dos temas analisados. É importante destacar que existe uma preocupação em romper qualquer barreira que impeça a evolução e consolidação de políticas e ações afirmativas, que promovam a cultura afro-brasileira. Assim, podemos concluir que o presente estudo é uma síntese de análises propostas e que foram sendo construídas, a partir das ausências de representação do negro nos livros didáticos, de questões que promovam políticas públicas que tratem da sua inclusão e da proporcionalidade do negro no cenário educacional, todas observadas nos livros didáticos, usados no 1º ano, 2º ano e 3º ano do Ensino Médio da rede pública estadual do Rio de Janeiro, principalmente no que tange à implementação da Lei nº 11. 645 de 2008. Uma lei que, mediante sua aplicação, traria profundidades e complexidades que provavelmente incomodariam classes sociais, literárias, artísticas e políticas.

Embora nossa cultura literária e artística disponha de obras de qualidade, que poderiam ser utilizadas para cumprimento da Lei nº 11. 645 de 2008, a presença de pinturas, personagens e escritores nas edições analisadas não denotam a magnitude da importância que a comunidade negra brasileira ocupa no cenário cultural e literário, pois formam presenças dentro de outros contextos que em nada dizem respeito à promoção da cultura afro-brasileira e suas raízes.

A inserção da cultura afro-brasileira nos livros didáticos não pode ser entendida como único caminho no rompimento de barreiras sociais, artísticas e literárias, mas sim como um movimento frutificado, a partir de leis e ações de inclusão que contribuam para sua promoção e valorização, desconstruindo imaginários de negação, pois a manutenção das desigualdades sociais e raciais nos livros didáticos e de literatura, bem como no cenário artístico, contribuem cada vez mais para a estruturalização do racismo.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. Macunaíma, O herói sem nenhum caráter / Mário de Andrade. Organização do Volume Miguel Sanches Neto e Silvana Oliveira. Chapecó: Ed.UFFS, 2019.

CEREJA, William; **VIANNA**, Carolina Dias e **DAMIEN**, Christiane. Português Contemporâneo - Diálogo, Reflexão e Uso, volumes 1, 2 e 3. Componente curricular: língua portuguesa 1ª edição - São Paulo: Saraiva, 2016.

DICIONÁRIO DA ESCRAVIDÃO E LIBERDADE: 50 textos críticos / Lilia Moritz Schwartz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs) - 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

FLAUBERT, Gustave - Essas cartas de Flaubert a Louise Colet. Correspondance, vol. 2. Paris: Gallimard, 1980, p. 179 e 204.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e **SILVA**, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação (Black Movement and education) – Revista Brasileira de Educação. (15) dez 2000.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. Revista Brasileira de Educação. n.23, maio/jun/jul/ ago, 2003. p.75-85

GOMES, N. L. (2002). Educação e Identidade Negra. *Aletria: Revista De Estudos De Literatura*, 9, 38–47. <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9.38-47>

GUIMARÃES, Hélio de Seixas - Pai Tomás no romantismo brasileiro - Teresa revista de Literatura Brasileira [12|13]; São Paulo, p. 423, 2013.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques. Toda Crônica: Lima Barreto / apresentação e notas Beatriz Resende; organização Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro/ Clóvis Moura. – 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019 (Palavras Negras).

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado / Abdias Nascimento. 3ª ed. São Paulo: perspectivas, 2016.

NEGRO E EDUCAÇÃO 4: linguagens, resistências e políticas públicas/ Iolanda de Oliveira, Márcia Ângela da Silva Aguiar, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Rachel de Oliveira (Orgs.) – São Paulo: Ação Educativa; ANPED, 2007.

NISKIER, Arnaldo. 10 anos de LDB: uma visão crítica. Rio de Janeiro – RJ: Edições Consultor, 2007.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Histórias da África e dos africanos na escola. As perspectivas para a formação dos professores de História quando a diferença se torna obrigatoriedade curricular. / Luiz Fernandes de Oliveira; orientador: Vera Maria Ferrão Candau. – 2010.

PARA UMA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL. — Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.

RACISMO EM LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS E SEU COMBATE: uma revisão da literatura Fúlvia Rosemberg Fundação Carlos Chagas - Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 125-146, jan. /jun. 2003

RAÇA NEGRA E EDUCAÇÃO - Revista de Estudos e Pesquisa em Educação - Organização: Fúlvia Rosemberg e Regina Pahim Pinto. Cadernos de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas – São Paulo-SP, Brasil, Nº 63, novembro 1987.

REPERTÓRIO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A CONDIÇÃO DO NEGRO NO BRASIL [recurso eletrônico] / [coordenadores: Raphael Cavalcante e Clarissa Estrêla; organizadores: Jair Ferreira e Simone Suganuma; colaboradores: Priscilla Arruda... et al.]. – Reimpressão. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

REVISTA VEJA, edição 2557 - ano 50 - nº47 22 de novembro de 2017, Editora Abril.

RODRIGUES, RN. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ROUSSEAU, Jean Jacques. A origem da desigualdade entre os homens; tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck - *O naturalismo no Brasil* - Literatura Brasileira vol. 82 - Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1965.

SODRÉ, Nelson Werneck. O Naturalismo no Brasil. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, vol. 82 - 1965.

